



# Anais da Assembléia

N.º 19

CURITIBA, TERÇA FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1976.

ANO II

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1976 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Maurício Fruet.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer. (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Del Ciel, Ivo Thomazoni, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**  
destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença dos 49 Srs. Deputados.  
Em discussão a seguinte proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição nº 113/76, veto parcial ao Projeto de Lei nº 143/75, de autoria do Poder Executivo que, com vistas ao novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, objetiva criar cargos que especifica nos quadros correspondentes dos Serviços da Justiça do Estado. Parecer da C.C.J., pela rejeição do veto. —

**Ofício nº 360/75**

Curitiba, 30 de dezembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 167/75, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere, art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 143/75, por julgar as partes vetadas inconstitucionais

e contrárias aos interesses do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de cargos nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Estado, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 3º, pelas razões anexas.

As disposições do art. 3º não foram acolhidas por sua flagrante inconstitucionalidade, eis que, decorrendo de emenda apresentada nessa Augusta Casa de Leis, ferem os artigos 25, § 1º, letras b e c e 35, da Constituição Estadual, cujos preceitos conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis que disponham sobre criação de cargos, vencimentos, vantagens e regime jurídico do funcionalismo público.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) Jayme Canet Júnior  
Governador do Estado.

O SR. ACCIOLY NETO — Para discutir, Sr. Presidente.

### “DECLARAÇÃO DE VOTO

“Num Estado bem constituído, que subsiste por si mesmo e age de acordo com sua natureza, isto é, para a salvaguarda da comunidade, só há certamente um poder supremo — o poder Legislativo”

(LOCKE — Tratado do Governo Civil, § ... 149).

O Governador do Estado, sob o pressuposto de inconstitucionalidade, veio a vetar, com lucro nos Artigos 25, par. 1º, b) e c), e 35, da Constituição Estadual, do Projeto de Lei nº 143/75, o seu Artigo, 3.o., pelo qual:

“para todos os efeitos legais, aos magistrados será computado, até o máximo de 5 (cinco) anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluído o período de 2 (dois) anos, obrigatório, fixado em lei.”

Alegou ainda, para nutrir a justificativa do veto, que o dispositivo impugnado é contrário aos interesses do Estado.

Data vênha, os motivos são insubsistenciais, e, por isso, o veto não pode ser mantido.

O Projeto de Lei nº 143/75, de iniciativa do Governador do Estado, mas em verdade originário do Poder Judiciário, tinha por escopo o exame, pela Assembléia Legislativa, da criação de cargos, que especificava, nos quadros correspondentes dos serviços da Justiça do Paraná.

Mas, o Projeto não tratava apenas da criação de cargos, pois reservou alguns dispositivos, (Artigos 2º, 3º, 4º, 16, 18, 20) para regular diversas situações; umas decorrentes do novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e outras disciplinando peculiaridades financeiras ou funcionais.

Assim, cabia à Assembléia Legislativa pronunciar-se sobre a criação de cargos e também o propósito das demais matérias de que se ocupava o Projeto.

No encaminhamento da votação desse Projeto, afirmou que, inquestionavelmente, o cerne da questão era o da competência da Assembléia na apreciação do plano de lei e com rela-

ção especialmente ao seu poder de emenda. Alguns, à época, sustentavam que a Assembléia não tinha competência de emendar o Projeto, sob o fundamento de que, oriundo na verdade do Poder Judiciário, ele representava uma manifestação de vontade de um poder, que não poderia sofrer qualquer desvio, sob pena de ficar comprometido seriamente a independência e a harmonia entre os Poderes. Discordei, como continuo discordando, dos que assim pensam.

Entendo, como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que a “independência recíproca dos Poderes — os organismos incumbidos do exercício de cada uma das três funções do Estado — não significa a inexistência de pontos de contato entre eles, no desempenho de suas tarefas. Ela não exclui que os poderes, no desempenho harmônico de suas funções específicas, colaborem entre si relativamente ao exercício de uma delas, bem como não impede que os mesmos, secundariamente pratiquem certos atos que em teoria não pertenceriam à sua esfera de competência. Implica apenas numa principalidade. Cada poder desempenha principalmente uma função, sem que lhe seja absolutamente proibida a emissão noutra”.

Este entendimento deflue das próprias atribuições constitucionais da Assembléia de legislar sobre as matérias da competência do Estado e de criar cargos públicos e fixar-lhes atribuições e vencimentos, com a sanção do Governador (Art. 21, I e V, da Carta Política Estadual). Ora, o ato de legislar, como o de criar, devem ser entendidos em sentido amplo, excetuada a restrição referente aos projetos de competência exclusiva do Governador (Art. 25, § 2º, “a”, da Constituição do Estado). Dessa forma, legislar e criar contém — relativamente ao respectivo processo legislativo — um conteúdo comum e inarredável: a inovação de um “*statu quo*” jurídico, com o surgimento de um direito novo.

Assim não fosse, a Assembléia teria um processo legislativo tolhido, restrito a mera formalidade de conhecer dos projetos de lei e, impassível ante erros e omissões, aprová-los com o texto original. Talvez, num gesto heróico, rejeitá-los. De qualquer modo, não seríamos mais do que um Poder eunuco.

Felizmente, a tese vitoriosa foi a de que a Assembléia tem o poder de emendar, sem limitações, os projetos de leis da natureza do de nº 143/75, em face das razões de ordem lógica e prática, já apontadas, como também pelo respaldo constitucional, que adiante demonstrarei.

Quando da tramitação do Projeto, apresentei emenda que, aprovada, se tornou o Art. 3º, que foi vetado pelo Governador do Estado.

Esta Emenda, tinha por objetivo permitir, aos magistrados, fosse possível computar, para todos os efeitos legais, até o máximo de cinco anos, o tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, excluído o período de dois anos, obrigatório, fixado em lei.

Em justificativa, aludi que o Estado, na impossibilidade de criar quadros novos, onerosos e de difícil seleção, resolveu entregar a função eleitoral às Justiças Estaduais. Os juízes, assoberbados com os trabalhos extraordinários, acumulam-nos com os extraordinários eleitorais, evitando prejudicar qualquer deles, mediante cota de sacrifício que os magistrados pagam em favor do interesse supremo da coletividade. Coube às justiças Estaduais o gravame da conulação de funções. Todos aqueles que foram e são onerados com esse encargo sabem do sacrifício que representa esse desempenho cumulativo, recebendo, como contra-prestação, irrisória gratificação que nada representa nos seus orçamentos. Ciente desse esforço cotidiano, alguns governos estaduais, interessados no sentido de compensar os juízes,

resolveram contemplá-los com um benefício legal, fazendo contar, cumulativamente, com o tempo de serviço prestado na Justiça do Estado, o exercício efetivo na Justiça Eleitoral.

Nesse sentido, a Lei nº 768/65, do Estado de Mato Grosso e a recente lei nº 2280/73, do Estado da Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro, que assim procederam, limitando a contagem de tempo de serviço prestado à Justiça Eleitoral até o máximo de cinco anos.

De seu turno, a Associação de Magistrados Brasileiros, em seu Boletim nº 8, de Abril de 1974, faz, entre outras, as seguintes considerações sobre o tema, objeto das emendas:

*“A Constituição cometeu à Justiça Eleitoral, todo o processo eleitoral, desde a inscrição do eleitor, passando pela eleição propriamente dita e a apuração dos pleitos eleitorais.*

*A Justiça Eleitoral tem exercido essa magna função, com exemplar dedicação, não obstante os graves empecilhos já antevistos e que tem sido constatados.*

*O Estado resolveu, em boa hora, entregar a função eleitoral às Justiças Estaduais.*

*No começo, houve uma certa reserva, até por parte do próprio judiciário, ciente da responsabilidade imposta. COSTA MANSO, em frase que exprime bem essas apreensões, suplicava que encontrassem” ... os nossos legisladores um novo meio de garantir os direitos políticos do eleitorado, sem que se perturbe a serenidade do Pretório”. O constituinte houve por bem entender de maneira diversa e a correção do Poder Judiciário, no exercício de sua missão, tem sido executada.*

*Acabou-se com o regime das atas falsas e caminha-se para o aperfeiçoamento do sistema, cumprindo-se manter o prestígio da Justiça Eleitoral, acatando as suas decisões e instrumentando-as para que cumpra sua novre missão”.*

No que concerne às leis do Estado do Mato Grosso e do atual Estado do Rio de Janeiro, a mesma Associação proclama que “entende-se essa orientação porque os próprios Estados são os maiores interessados no reconhecimento desse sacrifício e aventam solução digna e honrosa como uma compensação à altura” aos difíceis encargos de juiz em vista da acumulação de trabalho e de responsabilidade.

Mas, lamentavelmente, o Governador do Estado do Paraná assim não entendeu e, sem nenhuma explicação limitado que ficava a nudez do texto constitucional, alegou no veto que o Art. 3º, fruto da emenda, é contrário aos interesses do Estado.

Ora, quais são os interesses do Estado que foram contrariados?

Seria, por acaso, o fato que a emenda corresponde, na verdade, ao interesse do próprio Estado em cercar os seus juízes de compensação aos seus serviços, sempre voltados para os altos e superiores interesses da nação brasileira, como o reconheceram o Mato Grosso e o atual Rio de Janeiro?

Evidentemente que não, pois a figura, tranquilidade e legalidade do processo eleitoral, asseguradas pela atuação do magistrado, constituem, hoje, a estrutura fundamental na qual se assenta a democracia brasileira. E esta, ao que saiba, não é exclusiva do Mato Grosso ou do Rio de Janeiro, ou de qualquer outro Estado, ou mesmo do Paraná, mas sim conquista histórica de todos os brasileiros.

Se há interesse lesado, no caso, o é do próprio regime democrático, que, nos termos do veto, deve ceder seu lugar a desconhecidos interesses do Estado do Paraná.

Ademais, como ensina PONTES DE MIRANDA, “os vetos

tem que ter motivos de veto. Não é veto o que se emite sem fundamentação”.

De outra parte, o Governador do Estado manifesta que “as disposições do art. 3º não foram acolhidas por sua flagrante inconstitucionalidade, eis que, decorrendo de emenda apresentada nessa augusta Casa de Leis, ferem os artigos 25, § 1º, letras b e c, e 35, da Constituição Estadual, cujos preceitos conferem ao chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis que disponham sobre a criação de cargos, vencimentos, vantagens e regime jurídico do funcionalismo público”.

Inicialmente, observa-se que o veto confunde emenda com iniciativa de leis e vice-versa, quando, na realidade jurídico-constitucional, são citações completamente distintas.

A emenda é proposta de direito novo, como modificação de direito novo já proposto. A iniciativa, por outro lado, é o desencadeamento da adoção eventual de direito novo. A emenda, pois, será sempre posterior a iniciativa, que lhe antecede na formulação de direito novo. Entre outras palavras: não pode haver emenda sem a iniciativa de lei. E o fato da emenda modificar a iniciativa não lhe transmuda a condição, isto é, a emenda não passa a ser iniciativa pelo simples fato de alterar a lei originariamente proposta.

É o que ocorreu na hipótese da emenda que resultou no Art. 3º do Projeto de Lei nº 143/75: a alteração que ela substancia não a transforma em iniciativa, como quer fazer crer o veto. A iniciativa do Projeto, apesar da emenda, continuou a pertencer ao Governador, que foi quem desencadeou a adoção de direito novo.

Não houve, destarte, usurpação de competência para a iniciativa de leis, mas, apenas, a utilização da prerrogativa de propor emenda que, no direito brasileiro, está reservada exclusivamente aos parlamentares.

Quanto à infringência dos Artigos 25, § 1º, “b” e “c”, e 35, da Constituição Estadual, está equivocado o veto.

O Parágrafo 1º, do Art. 25, estabelece que “é da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que: “b) criem cargos, funções, ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública; c) disponham sobre servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar para a inatividade;”

O Art. 35, também invocado em socorro ao veto, dispõe que “é da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção, auxílio, ou, de qualquer modo, autorizem, criem, ou aumentem a despesa pública”.

É um verdadeiro desperdício o uso dessa parafernália de dispositivos constitucionais, que o veto assesta contra a emenda, pois são completamente inaplicáveis.

Tanto o Art. 35, com seu parágrafo e alíneas, como o Art. 35, tem uma regra jurídica comum: conferir ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que, de qualquer modo, alterem a despesa pública.

Não resta dúvida que a violação dessa regra importa, como é óbvio, em violação da Constituição, viciando, por isso, inapelavelmente, qualquer projeto.

Mas, não é o caso da emenda.

Primeiramente, repita-se, a emenda não é iniciativa.

Em segundo lugar, a Constituição Federal, no Capítulo VII, Seção VIII, ao tratar da matéria pertinente aos funcionários públicos, permite, pelo Art. 108, § 2º, 3º e 4º, a apresen-

tação de emenda, que de qualquer forma, aumente as despesas ou o número de cargos previstos, em projetos de iniciativa reservada, como o é o de nº 143/75, que esta Assembléia aprovou.

É a seguinte a redação de cada um desses dispositivos citados:

*Art. 108. O disposto nesta seção aplica-se aos funcionários dos três poderes da União e aos funcionários em geral, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, e dos Municípios.*

*§ 2º — Os Tribunais Federais e Estaduais, assim como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais poderão admitir servidores mediante concurso público de provas, ou provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, por lei aprovada pela maioria absoluta dos membros das casas legislativas competentes.*

*§ 3º — A lei a que se refere o parágrafo anterior será votada em dois turnos, com intervalo mínimo de quarenta e oito horas entre eles.*

*§ 4º — Aos projetos de lei de que tratam os § 2º e 3º somente serão admitidas emendas que de qualquer forma aumentem as despesas ou o número de cargos previstos, quando assinadas pela metade, no mínimo, dos membros das respectivas casas legislativas.*

Ora, a expressão “que de qualquer forma aumentem as despesas” é abrangente, estando a significar todas as alterações possíveis — inclusive vantagens dos servidores públicos — que sejam apostas ao projeto original.

Deste modo, não prevalece a argumentação do veto que se estriba na Constituição Estadual, já que a Carta Federal, especificamente, admite a apresentação de emenda como a que não foi aceita pelo Governador do Estado.

Mas, a Constituição Federal, no Art. 13, fixa regra, segundo a qual “Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes: ... III o processo legislativo”. Em virtude dessa regra, comenta MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, “é obrigatória para os Estados a adoção das regras gerais concernentes ao processo legislativo, estabelecidas na Constituição Federal”.

De nenhuma valia, pois, a oposição constitucional, fundada em regra local, levantada pelo veto contra a emenda, que está amparada na Constituição Federal.

Pelo exposto, estou convicto de que o veto será rejeitado e o Art. 3º do Projeto mantido.

É a única maneira de resguardar o poder de emenda do Legislativo.

E é, também, a única forma de não cometer injustiça com os que fazem justiça, nem sermos injustos contra os que são justos.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

(a) ACCIOLY NETO”

— Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) — Continua em discussão única a proposição nº 113/76. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o veto, mantido o projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Vai ser procedida a verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Gilber-

to Carvalho. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. 20 Srs. Deputados aprovam o projeto, e 4 Srs. Deputados rejeitam o projeto. Não há quorum para a votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, às 14,00 horas, dia 31, quarta-feira, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Levanta-se a Sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1976**  
**TERÇA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Mauricio Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias, Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer. (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Del Ciel, Ivo Thomazoni, Luiz Roberto Soares, Otássio Pereira e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE**

**MENSAGENS:**

**MENSAGEM 24/76**

Curitiba, 9 de fevereiro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao Anexo II, da Lei 6119, de 29 de junho de 1970 que dispõe sobre o Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis foi elaborado em atenção ao contido no Ofício 879/75, dessa Presidência e a medida proposta consubstancia o resultado de estudos e sugestões da Secretaria de Recursos Humanos, sendo oportuno ressaltar que os valores indicados estão corrigidos em função da recente majoração dos vencimentos concedidos em função da recente majoração dos vencimentos concedida ao funcionalismo Estadual, conforme a Lei nº 6763, de 24 de dezembro de 1975.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

**JAYME CANET JUNIOR**  
 Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º — O anexo II, da Lei nº 6119, de 29 de junho de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"ANEXO II**

**SISTEMÁTICA DE CARGOS EM COMISSÃO**  
**PARTE PERMANENTE**

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO OU SÍMBOLO
Um (01) —	Diretor Geral. . . . .	Cr\$ 9.295,00
Cinco (05) —	Diretores de Departamento. . . . .	Cr\$ 6.506,00
Um (01) —	Diretor do Gabinete de Assistência Técnica. . . . .	Cr\$ 6.506,00
Um (01) —	Tesoureiro Geral . . . . .	1-C
Um (01) —	Contador Geral . . . . .	1-C
Um (01) —	Chefe de Gabinete da Presidência . . . . .	1-C
Um (01) —	Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria . . . . .	1-C
Um (01) —	Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria . . . . .	1-C
Um (01) —	Chefe de Gabinete da Diretoria Geral . . . . .	1-C
Um (01) —	Chefe do Serviço de Segurança . . . . .	2-C
Um (01) —	Assessor Jurídico do Departamento de Pessoal. . . . .	2-C
Um (01) —	Assessor Jurídico do Departamento de Finanças . . . . .	2-C
Um (01) —	Coordenador de Auxílios Sociais. . . . .	2-C"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — **A Comissão de Constituição e Justiça.**

**MENSAGEM 25/76**

Curitiba, 09 de março de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar no Quadro Próprio de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado 54 (cinquenta e quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, símbolo 3-C e, em consequência a extinção dos cargos que especifica, do mesmo Quadro.

O Plano de Lei era encaminhado a essa Augusta Casa de Leis foi elaborado em atenção ao contido no Ofício 181/76, datado de 24 do corrente mês, encaminhado por Vossa Excelência a este Poder Executivo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **JAYME CANET JÚNIOR**  
 Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º - Ficam criados no Quadro Próprio de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, 54 (cinquenta e quatro) cargos, de provimento em comissão, de Assessor de Gabinete, símbolo 3—C.

Parágrafo único - Em consequência, ficam extintos no mesmo Quadro de Pessoal.

I - dois (02) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação nível PL 17.

II - quatro (04) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 16.

III - Três (3) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 15.

IV - trinta (30) cargos de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14.

V - dois (02) cargos de Motorista, nível PL 17.

VI - dois (02) cargos de Motorista, nível PL 16.

VIII - dois (02) cargos de Motorista, nível PL 14.

IX - um (01) cargo de Motorista, nível PL 13.

X - um (01) cargo de Motorista, nível PL 12.

XI - um (01) cargo de Auxiliar Legislativo, nível PL 15.

XII - um (01) cargo de Auxiliar Legislativo, nível PL 14.

XIII - um (01) cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível PL 15.

XIV - um (01) cargo de Escrivário, nível PL 14.

Art. 2º - A Comissão Executiva, mediante Decreto Legislativo, com força e eficácia de Resolução, promoverá, no prazo de trinta (30) dias, a reorganização dos serviços administrativos da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, com reformas estruturais dos órgãos que a integram, alteração de denominações de cargos, funções e séries de classes e definição de competências e atribuições.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.- À Comissão de Constituição e Justiça.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado um voto de pesar pelo falecimento, em data de hoje, do Senhor ARTHUR MEHL, ocorrido no município de Pitanga.

O extinto era um dos mais estimados pioneiros do município, tendo nos últimos 20 anos ocupado o cargo de Juiz de Paz, do município.

Requer, outrossim, se dê ciência à respeitosa família dos votos em questão.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Jurandir Messias.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja inserido na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de regozijo pelo transcurso do 21º aniversário de Fundação do jornal "Diário do Paraná", editado em nossa capital.

Tendo hoje como seu diretor superintendente o Sr. José Carlos Martinez, o Diário do Paraná tem uma extraordinária folha de serviços prestada à Curitiba e ao nosso Estado, dispondo pela informação precisa e imparcial, dentro de um jornalismo vibrante e sadio.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1976.

a) Dácio Leonel.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário,

seja dirigido ao Senhor Governador do Estado o seguinte apelo:

Considerando que as baías de Paranaguá e Guaratuba são viveiros naturais, nos quais se desenvolvem espécies aquáticas que caracterizam a costa paranaense como produtora de pescado de primeira qualidade, e que a utilização imoderada de redes desequilibra os ecossistemas dessas baías, levando ao empobrecimento do pescador profissional e à carência de pescado em nossas praias.

Apela ao Senhor Governador para que, no uso de suas atribuições, determine ao órgão competente que estabeleça a interdição do uso de redes nessas baías, facultando o uso de linha-de-mão, caniço, molinete, espinhel e tarrafas para camarão e taíinha, nas devidas épocas.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Paulo Camargo.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o encaminhamento de apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, no sentido de estabelecer norma de isenção de taxa de inscrição, em novo exame psicotécnico, às pessoas pobres, reprovadas na primeira tentativa.

Outrossim, tendo em vista que os médicos designados para realização dos exames psicotécnicos não percebem retribuição especial, seja estabelecida uma gratificação especial aos mesmos, representada por uma porcentagem sobre as taxas de exames arrecadadas.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Nelson Buffara.

##### JUSTIFICATIVA:

Muitos candidatos são reprovados no exame psicotécnico em decorrência do mínimo grau de instrução que possuem. Despreparados intelectualmente, enfrentam dificuldades que redundam em reprovação, dificuldades decorrentes da má ou demorada interpretação dos testes. Há, no entanto, pessoas pobres e que precisam do psicotécnico, para exercício da profissão de motorista. Sem condições financeiras para pagamento de novas taxas, precisam e merecem a oportunidade que o apelo pretende seja proporcionada. No tocante à gratificação aos médicos examinadores, justo é que se reconheça que desenvolvem um trabalho estafante, por longas horas, sem o recebimento de uma retribuição especial. Considerando o volume de exames realizados, o vultoso numerário arrecadado em favor de uma entidade particular, desde que o Detran não tem condições para a realização dos exames e a arrecadação não reverte em favor do Estado é justíssimo que os médicos examinadores recebam retribuição especial, representada por um percentual sobre as taxas cobradas.

Assim, acreditando que o apelo será recebido como colaboração sincera, no sentido de minimizar as necessidades das pessoas de poucas posses, e de oferecer melhores condições de retribuição a médicos dedicados, espera o signatário sejam adotadas medidas que redundem na concretização do sugerido.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solici-

tando medidas urgentes para que o distrito responsável do DER, intensifique os trabalhos de conservação na estrada do Cerne (Piraí do Sul-Curitiba).

Ocorre que a referida estrada, especialmente no trecho Cruzo-Abapan encontra-se altamente necessitada de um serviço de conserva.

Trata-se de uma ligação tradicional que unia aquela região à capital do Estado e que teve seu uso profundamente diminuído em função da ligação asfáltica pela estrada do Café.

Muitos movimentos tem sido feitos para a pavimentação asfáltica daquela estrada, através de um novo traçado.

Contudo, enquanto tal melhoria não pode ser atendida, é justo que providências sejam tomadas para uma sensível melhoria da referida estrada.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Dácio Leonel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à mesa, após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que aquela pasta determine providências urgentes para a realização dos reparos no prédio onde funciona a unidade sanitária do município de Uraí.

Trata-se de uma unidade sanitária que tem prestado relevantes serviços à comunidade uraiense e que necessita de urgentes melhorias no prédio em que funciona, para que possa dar melhor atendimento à demanda crescente dos que a procuram.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Dácio Leonel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, seja enviado o presente expediente à CESP — Centrais Elétricas de São Paulo S.A., vazado nos seguintes termos:

Considerando que com a formação do lago da Usina Capi-vara, a Ponte do Porto Alvorada que ligava os estados do Paraná e São Paulo, desapareceu sob as águas da represa;

Considerando que tal ligação propiciava intenso relacionamento comercial e social entre a região norte paranaense e o vizinho Estado;

Considerando que teve início o serviço de terraplanagem ligando Alvorada do Sul à Bela Vista do Paraíso, com a pavimentação asfáltica prevista para o final deste ano;

Considerando que a falta dessa ligação tem refletido de forma considerável no grande movimento comercial estabelecido entre as cooperativas da região e indústrias da alta Sorocabana, especialmente no que se refere à comercialização do soja, trigo, sorgo e milho;

Cumpra a esta Casa Legislativa trazer o seu apoio à reivindicação feita pela população daquela área, no sentido de que a CESP promova a instalação de um sistema de comunicação fluvial, através de Ferry Boat, como forma de preencher a lacuna deixada pela ponte hoje submersa.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1976.

a) Dácio Leonel

#### PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei nº 24/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É declarada de utilidade pública a Loja Maçônica "FÁTIMA E CARIDADE", com sede na cidade de Nova Fátima.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976.

a) Gabriel Manoel.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos, através do presente projeto de lei, seja declarada de utilidade pública, foi fundada em 10 de outubro de 1952, estando em funcionamento ininterrupto desde essa data. Presta relevantes serviços à coletividade de maneira totalmente desinteressada sen fins lucrativos.

Os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração ou vantagens em razão de seus cargos.

Assim verifica-se que a Loja Maçônica "FÁTIMA E CARIDADE", com personalidade jurídica própria, preenche os requisitos legais necessários à sua declaração de utilidade pública, previstos na Lei nº 91, de 28-08-35 e decreto nº 60931, de 04-07-67 bem como da Lei estadual nº 4399 de 17-08-61.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final do último período legislativo tivemos a oportunidade de ocupar este microfone, para pleitearmos, junto ao Sr. Secretário da Segurança Pública, o cancelamento, a não exigibilidade do psicotécnico para amadores, a exemplo do que ocorria em outros estados da Federação. Diante da aprovação daquele requerimento, fomos conversar com o Sr. Secretário, que disse que levássemos as assinaturas de todos os Srs. Deputados, que então ele poderia examinar com mais carinho a nossa pretensão.

Assim o fizemos e, muito embora nosso esforço houvesse sido baldado após conseguirmos as assinaturas, ficou no ostracismo, no esquecimento, por razões outras que desconhecemos, a nossa pretensão não foi levada a bom termo.

Hoje, estamos endereçando um novo requerimento ao General Ciro, Secretário, para que ele determine que as pessoas pobres que fazem o psicotécnico e que na primeira tentativa são reprovadas, que não haja incidência da taxa de Cr\$ 61,00 para que essas pessoas pobres, quando tiverem que repetir o psicotécnico depois de 15 dias ou 1 mês, conforme preceitua as leis que regem aquele exame.

Se assim estamos advogando é porque este dinheiro que é uma verdadeira "galinha de ovos de ouro", vai para os cofres de uma entidade particular estadual, a Faculdade Católica do Paraná. Se estes recursos fossem gerados para o Estado talvez a nossa opinião fosse outra, mas como é para uma entidade particular, nós estamos pleiteando que este manancial de dinheiro que diretamente é encaminhado ou é pago a uma entidade particular, estamos inclinados a acreditar que a nossa meta é igual, é humana, é justa, porque, estamos pretendendo que as pessoas pobres não paguem pela segunda vez, o psicotécnico, quando na primeira são reprovados e, se são reprovados, o são exclusivamente em função de uma psicologia mal fadada, que através de um médico chamado Dr. Montandon, um sujeito



desumano, que é a pessoa responsável pela Faculdade Católica no psicotécnico, é um cidadão inexpugnável, intratável e sobretudo que faz com que impere um clima de insegurança, de instabilidade, de falta de preparo às pessoas que procuram o psicotécnico como meio de sobrevivência, que, muitos que vão lá à procura deste exame, é para a profissão de motorista, para a qual o psicotécnico é exigido.

Além do mais, estamos pleiteando também que os médicos, que dão uma boa parcela do seu trabalho para a obtenção do psicotécnico, sejam aquinhoados com uma parcela da enorme quantia de dinheiro que é levada aos cofres desta entidade particular.

Nosso requerimento diz mais ou menos isto, e se for necessário para que ele possa ser aprovado, ou não, pelos Srs. Deputados, o Sr. Presidente na hora oportuna pedirá ao Sr. Secretário que proceda a sua leitura.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, segundo orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos neste instante assomar à tribuna, apenas para nos solidarizarmos com o Deputado Nelson Buffara, sobre o problema de psicotécnicos em nosso Estado.

A reivindicação do atuante Deputado emedebista é uma reivindicação justa porque, muitas vezes, vemos legiões de homens do Interior que vêm a esta Capital à busca deste psicotécnico que nada faz, que nada impõe a não ser amedrontar aquele povo, o povo humilde, principalmente o povo pobre que vem à Capital para tirar este psicotécnico, muitas vezes com falta de orientação dos próprios psicólogos e responsáveis deste instrumento.

Então, queremos estar solidários com o Deputado Nelson Buffara uma vez que não pode ser abolido porque naturalmente são dispositivos legais da Constituição ou da administração paranaense, no que concerne a este instrumento, mas queremos também alertar as autoridades responsáveis e queremos estar aqui neste instante solidários com o combativo Deputado Nelson Buffara, porque, os médicos psicólogos são omissos muitas vezes, ao entregar os psicotécnicos para os motoristas, porque ao invés de darem instruções sobre trânsito, sobre o problema da gravidade do risco das estradas, eles nada dizem, nada fazem, e, muitas vezes, os homens humildes de nossa terra, os homens de mãos calosas que necessitam do psicotécnico para retirar a sua carteira, vêm e voltam, e como não existe a bitributação em nosso Estado e em nosso País, não pode haver, como disse o Deputado Nelson Buffara, o pagamento duas vezes para uma só pessoa, numa taxa que achamos desnecessária. Então, é isso que, em nosso nome, e em nome do nosso companheiro da ARENA, quero dizer que estamos aqui também solidários com Nelson Buffara, e se possível, haveremos de abolir o psicotécnico, este exame esdrúxulo que nada traz de bom ao Estado do Paraná, este exame que em muitos Estados não existe. Existe só, como disse Nelson Buffara, para carrear um manancial de dinheiro para uma autarquia financeira, uma autarquia particular, então estamos aqui solidários, e pediríamos a todos os Srs. Deputados que assinassem com o Deputado Nelson Buffara, para que fosse abolido o psicotécnico para amadores, principalmente aqueles homens, motoristas do interior que não fazem outra coisa a não ser trabalhar pelo Paraná, para que sobreviva esta grande Pátria, que é o nosso Brasil.

Muito obrigado. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Trajano Bastos, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nem só de tristeza é feito o dia de hoje, para a vida parlamentar do País.

De tristezas, quando tomamos conhecimento pela imprensa de mais duas cassações de mandatos populares, em função do uso do Ato Institucional nº 5, instrumento que denigre e que é uma afronta à inteligência jurídica do País. Quando digo que nem só de tristeza é o dia de hoje, para nós do Paraná, temos motivo também de elogios.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à volta do ilustre companheiro, Domício Scaramella, aos trabalhos legislativos do Paraná.

O ilustre parlamentar, digno Deputado, esteve por longa data ausentado desta Casa, motivado por uma enfermidade que a todos nós seus amigos, preocupou durante longo tempo.

Quero, nesta oportunidade, registrar em nome da bancada do MDB nesta Casa, com satisfação, o retorno do ilustre Deputado Domício Scaramella, que após longa ausência volta à Casa para emprestar ao seu Partido, a este Poder e ao Paraná, o seu trabalho sempre profícuo, sempre dignificante, ao Parlamento deste Estado.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa associa-se às palavras do ilustre

Deputado Trajano Bastos, com referência ao nosso companheiro, Deputado Domício Scaramella,

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que tenha validade para ser aprovado na sessão de hoje, queria, ao iniciar minha participação no Grande Expediente, ler a súmula do requerimento que encaminho à Mesa. (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se officie ao Sr. Diretor e Presidente da COPEL, para que na maior brevidade de tempo possível seja implantado a Eletrificação Rural nos Distritos de ITAIOCOCA (Ponta Grossa), e de Socavão e Abapan (Castro), pois esse benefício além de ajudar no desenvolvimento daqueles distritos, iria somar uma das mais justas reivindicações dos moradores rurais, pois contribuiria para uma grande economia nessas áreas.

Considerada uma das mais ricas áreas minerais do Paraná, esse quadrante do Estado merce as atenções e benefícios do Governo Estadual e nada mais objetivo que a Eletrificação desses distritos que muito contribuem para o desenvolvimento de Castro, Ponta Grossa e do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1976”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna, na tarde de hoje, é com referência ao meu domicílio eleitoral, onde tenho a honra de dividí-lo com outro ilustre companheiro, Deputado David Federmann, da Aliança Renovadora Nacional.

Antes mesmo de me fazer presente nesta Casa, o ilustre Deputado de Ponta Grossa já tentava, de todos os modos possíveis e ao seu alcance, levar para aquela cidade, mais particularmente ao distrito de Guaragi, a extensão do ensino primário.

Demarches na área da administração paranaense, encontro de Srs. Deputados e outros Prefeitos que passaram por minha cidade, foram efetivados.

Para graça e felicidade de agora, em tão boa hora, o Governo do Estado atendeu nossas reivindicações.

Devo dizer Sr. Presidente, Srs. Deputados, que só um vereador fez, naquele distrito, em suas duas urnas, 90 a 95 por cento dos votos, vereador industrial que têm a vivência e dá labor a várias famílias daquele distrito, Romeu Almeida Ribas. Juntos com David Federmann e este Deputado e ainda o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa, temos mantido o mais alto contato com o Sr. Secretário de Educação e Cultura. Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados o somatório de nossas reivindicações, das reivindicações da comunidade de Campos Gerais, foram atendidas pelo Sr. Secretário de Educação.

Ontem, o Sr. Prefeito de Ponta Grossa, através de um decreto por ele sancionado, cobria a parte financeira no que concerne à extensão do ensino de 1º grau no distrito de Guaragi.

Mas, com aquela infelicidade que eu falo, aquilo que é característico de homens que não têm a descência política no cargo que ocupam, fez com que o mérito fosse creditado — através dos órgãos de divulgação de nossa cidade — ao Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa, como se fosse ele quem tivesse feito a extensão do ensino de 1º grau no distrito de Guaragi.

E quero, nesta oportunidade, dizer que a voz do Paraná, a voz dos que reivindicam em termos de comunidade, que se fizesse — a bem da verdade — através dos órgãos aqui credenciados, uma moção ao ilustre Deputado David Federmann que, diuturnamente, tenta de todas as formas possíveis

colaborar com aquela parte da ARENA de Ponta Grossa, e quando consegue os benefícios estendidos pelo Governo do Estado, é marginalizado dos órgãos de divulgação. Que tirem meu nome, concordo, até aceito, porque justamente com aquela ala da ARENA, não queria que meu nome fosse englobado, mas que o nome do Deputado David Federmann fosse respeitado como também o nome do ilustre vereador que representa aquele distrito, que esteve mais de 15 vezes na Secretaria de Educação e com seu próprio carro, transportando as professoras daquele distrito, transportando todas as classes políticas de Ponta Grossa se fazendo presente em todas as reuniões; agora, quando David Federmann consegue do Governo do Estado essa atenção, o seu nome é omissso, é esquecido por essa área da ARENA.

Aqui fica a palavra e o testemunho de um adversário político do Deputado David Federmann, mas que reconhece os benefícios do Governo do Estado naquela região, por intermédio do Deputado David Federmann.

Os atos de função pública devem ser repartidos, como também os percalços devem ser repartidos, como o são, e os méritos, quando alcançados, não sejam facciosamente afastados dos órgãos de divulgação.

Sr. Presidente, além desse motivo, faço-me presente nesta tarde para que também, de uma forma global, o atual Secretário de Educação atenda os apelos dirigidos pela comunidade da região de Campos Gerais. Ponta Grossa, pobremente assistida pelo Governo do Estado, tem no atual Secretário de Educação um dos maiores amigos em termos políticos. Falta tão somente sua ação administrativa nessa principal pasta da administração estadual voltar um pouco à Ponta Grossa, o que o Governo leva muito dela. Basta, neste instante, dizer dos pedidos de todos os colégios, grupos escolares de minha região. Agora recentemente, se fizermos uma análise em termos de Paraná, veremos que Ponta Grossa, distante tão somente 100 quilômetros da Capital está carente de restauração em prédios escolares. Ponta Grossa foi agraciada tão somente com 1, 2 ou três convênios no máximo. Falta a Ponta Grossa, a região dos Campos Gerais, falta

a Ipiranga, a Ivaí, a Teixeira Soares, Irati, Palmeira, falta a toda essa região, melhor assistência em termos de educação.

Acredito que agora, com essas medidas tomadas, voltando o Sr. Governador as vistas a esse quadrante do Estado, ajuda realmente o Governo, em termos políticos, neste ano eleitoral. Ajuda ele seus correligionários, dá apoio à representação política, que quase na sua totalidade é da ARENA.

Prefeitos de área que vêm de chapéu na mão e de joelhos, pedir junto aos Srs. Deputados estaduais desta Casa, caso específico do Deputado Fabiano Braga Cortes, que honra seu domicílio eleitoral da região de Campos Gerais, que tanto colabora e leva às vistas do Governo do Estado àquela região, de David Federmann, que tenta de todas as formas possíveis ajudar seu povo, de Gabriel Manoel que tenta levar e leva a Jaguariaíva as atenções do Governo do Estado, e de outros Deputados como Jurandir Messias, que assiste a Cândido de Abreu, a Ivaí, a nossa região, que divide conosco a responsabilidade política. Falta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente o bom senso do Governador, falta a boa vontade dos Secretários para com a região, para com nossa cidade e, principalmente, para com os Deputados da própria Aliança Renovadora Nacional.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Zuk, estamos assistindo, com muita atenção, seu brilhante pronunciamento quando luta pelo bem do Paraná e de sua gente.

Queremos discordar com V. Exa. no que diz respeito à nossa região, onde fazemos política, que é Jaguariaíva.

Nunca aquela cidade teve tantos benefícios do Governo como está tendo agora. Para elucidar o brilhante discurso de V. Exa., queremos dizer que, por intermédio do Sr. Secretário de Educação, conseguimos em convênio com a Prefeitura Municipal a construção de dois próprios do Estado, com oito salas de aula. Um na cidade baixa e um na cidade alta.

Está em andamento um convênio com a Secretaria de Administração para a reforma geral da Delegacia de da Cadeia de Polícia daquela cidade.

Foi efetuada e concluída a reforma do Hospital Regional Carolina Lupion.

Estamos às vésperas da inauguração da sonhada estrada de rodagem de todos os homens que morejam na região do Norte Pioneiro, que é a ligação de Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina.

Tivemos na gestão do ex-Governador Paulo Pimentel, a inauguração e concretização da estrada Ponta Grossa - Itaré, passando pela cidade de Jaguariaíva e Sengés, onde fazemos política.

Veja bem. Sr. Deputado, que temos que discordar, apesar de admirarmos sua combatividade, e solicitar que, no momento oportuno, V. Exa. retirasse Jaguariaíva do seu discurso, porque Jaguariaíva não tem o Governo como madrastra. O Governo tem feito e muito em Jaguariaíva, no Norte Pioneiro e na sua Ponta Grossa, tem aplicado os dinheiros em benefício do próprio povo.

Quero convidar a V. Exa. e a toda a bancada combativa do MDB para, dentro em breve, inaugurarmos a fita negra do asfalto de Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina. Esse é um asfalto sonhado há anos e que será inaugurado no Governo Jayme Canet Junior.

V. Exa., muitas vezes, menos avisado, está pecando no que diz respeito àquela região do Paraná, que é nossa região. Peço vênia a V. Exa., para dizer que o povo da nossa região está



satisfeito com o tirocínio administrativo de Jayme Canet e da sua equipe de trabalho.

Afirmo a V. Exa. que houve rendição na nossa região. Lá foram aplicados 3 milhões de cruzeiros para a reforma de próprios do Estado. Por estes e outros motivos não podemos nos calar. Pedimos vênias apesar de conhecermos a boa vontade e combatividade de V. Exa., e peço ao ilustre Deputado, representante de Ponta Grossa, que tire Jaguariaíva e Sengés de seu discurso, porque lá estamos senão bem servidos, estamos sendo atendidos dentro do possível por um Governo honesto, um Governo que vai ao interior levar sua mensagem de fé, que vai aplicar o dinheiro do povo em benefício do povo.

Esteja V. Exa. convidado para, dentro de poucos dias, inaugurarmos a estrada que ligará Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina, que é a aspiração e a rendição daquele povo trabalhador.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Antes de conceder o aparte ao

Deputado Jurandir Messias, queria tão somente falar em termos altos e elevados de que realmente reconhecemos a representação política de S. Exa. Deputado Gabriel Manoel. Mas, quando falamos em atenções do Governo, não queremos citar dois prédios construídos em Cidade Alta e Cidade Baixa. Quero testemunhar, também, que esta amizade não política, amizade pessoal que temos com o Sr. Prefeito daquela cidade, e também com o ilustre Deputado, de que, diversos pedidos seus, protocolados não nesta legislatura mas em legislaturas passadas, desse ilustre Deputado nesta Casa, até o dia de hoje não foram levados, os benefícios dos antigos governos e do atual Governo, a Jaguariaíva. Nós que lá percorremos — que não temos o nosso domicílio eleitoral lá como tem o nosso companheiro Enéas Faria, que teve as respostas, as atenções do Governo do Estado e da Nação, nas urnas nas últimas eleições de 74, basta recordarmos os números dos quais foram tirados os votos da Situação e da Oposição — estamos pleiteando nesta Casa, é que, somando as representações, as poucas aspirações já recebidas pelas populações, principalmente de Jaguariaíva, de Castro, de Pirai do Sul, são paupérrimas, em torno daquilo que contribuem para com o nosso Estado do Paraná. Temos certeza que inúmeros Srs. Deputados haverão de nos dizer que receberam isto ou aquilo do Governo do Estado, mas, o que receberam é muito pouco em torno daquilo que contribuem. Basta recordarmos, basta exemplificarmos nossa Ponta Grossa, o município da região dos Campos Gerais, a contribuição do ICM, de outros emolumentos fiscais para com o Estado, basta reivindicarmos Telêmaco Borba, exemplo, Deputado Fabiano Braga Cortes que tenta levar, através de sua atenção, todos os benefícios do Estado; consegue alguns mas a sua maioria não os leva, por que? Por falta de boa vontade do Sr. Governador do Estado e dos Srs. Secretários. E eu queria até, nesta tarde, fazer uma sugestão a esta Casa, a este Plenário, que ficasse registrado que, ao invés de, cada vez de ser inaugurada a reestruturação, a reforma de um prédio escolar no interior do Estado a onde se desloca uma comitiva do Sr. Secretário da Administração — que é nosso particular amigo — homem público despido de vaidade do cargo, mas que por circunstâncias, quando é chamado lá comparece com uma comitiva trazendo dispêndio ao erário público estadual a cada visita sua, conforme a distância o numerário é muito grande que, essas inaugurações fossem feitas por alguém, mesmo da cidade, e, o dinheiro gasto pela comitiva

do Sr. Secretário da Administração ao inaugurar reformas de prédios no Interior, que se aplicasse em compra de papel, para as crianças não pagarem 2 cruzeiros no final do mês, para as suas provas, estes paupérrimos filhos de trabalhadores, de assalariados. Que esta despesa de Secretários no interior fosse aplicada na compra de papel e que este papel fosse dado aos grupos escolares deste Paraná.

Seria um exemplo da dignidade política destes homens que ostentam a função pública.

Acredito que, esta nossa sugestão, levada ao conhecimento do Sr. Secretário da Administração, levada ainda ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos e dirigida ao Sr. Governador, pelo bom sendo que tem de homem que zela pela função pública e pelo dinheiro público, ele estará consciente de que esta reivindicação não é nossa, é deste mesmo povo que nos argue a respeito, será acatada.

Em Ponta Grossa, recentemente, a uma reinauguração de um prédio escolar, uma reinauguração de uma reforma num prédio escolar, lá estavam em termos estaduais, 4 carros à gasolina, deslocando-se daqui a Ponta Grossa. E, para felicidade nossa, paranaenses, Ponta Grossa é perto. Que tal ser feita uma inauguração lá em Francisco Beltrão, outra inauguração lá em Goioerê? Será preciso deslocar um maior número de carros, porque, quanto mais interior, mais representação ele leva. Quanto custam ao erário público, estas inaugurações? Destes convênios?

Tenha o bom senso o Sr. Secretário da Administração como acredito, tem a lucidez a ilustrada bancada da ARENA e o Sr. Líder, Deputado Ivo Thomazoni, que haverá de anotar esta nossa sugestão, que, fosse em termos municipais as inaugurações, fazendo com que o dinheiro público seja zelado como nós zelamos do nosso.

E agora, com muito bom gosto, queria conceder o aparte ao ilustre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Luiz Carlos Zuk, agradeço sua gentileza do aparte. Deputado Zuk, as suas palavras, que também sejam as nossas, quando V. Exa. se referiu também ao dinamismo e ao trabalho do Deputado David Federmann, quando a extensão por ele conseguida ao distrito de Guaraci.

David Federmann, Deputado por diversas vezes, reeleito em todos seus mandatos, marcando com o trabalho e com dinamismo. Mas David Federmann, Deputado Zuk, ele trabalha em silêncio, é porisso talvez que V. Exa. sentiu o vazio da imprensa, naquele, que carregado para a região dos Campos Gerais, através do Deputado David Federmann.

Mas não quer dizer com isso, que David Federmann não tenha e não mereça total consideração daquele generoso povo.

Deputado Zuk, V. Exa. mais uma vez, não nos surpreende, os seus pronunciamentos nesta Casa sempre têm sido no sentido de colaborar com o Governo e com nossa bancada.

Na qualidade de Deputado pela ARENA, que tenho a honra de representar o município de Ivaí, tenho recebido de V. Exa., desta mesma tribuna, inúmeras sugestões, e já as tenho agradecidas.

Portantoo, mais uma vez, V. Exa. vem colaborar com aquele município que eu tanto quero e que tanto estimo. E que, por nossa felicidade, por felicidade sua e pela minha, se encontra presente nesta Casa, o Chefe do Executivo Municipal de Ivaí, na pessoa do seu Prefeito Olavo Cominese. Mas eu quero, nobre Deputado Zuk, dizer mais uma vez, a V. Exa., que na qualidade também de um parlamentar, de um deputado, aceito e admito, toda e qualquer espécie de contribuição, venha ela de onde

vier, venha ela de um deputado do MDB, venha ela de um Deputado da Oposição, mas desde que ela venha imbuída dos interesses daquela comunidade, eu as acato e as respeito, como tenho sempre respeitado as vossas opiniões nesta Casa.

Queria, para encerrar este aparte, Deputado Zuk, para ilustrar melhor vosso pronunciamento, o vosso brilhante pronunciamento, dizer que o município de Ivaí, de Ipiranga, serão agraciados nos próximos dez dias, com diversas salas de aula, pelo plano FAS que, se não me engano, V. Exa. fez referência.

Já está tudo planejado, tudo acertado junto à FUNDEPAR, possivelmente, dentro desses dias, Osvaldo Portela de Ipiranga, e o Prefeito de Ivaí, assinarão convênios para que aqueles benefícios sejam também contemplados, com diversas salas de aula.

Agradeço, Deputado Zuk, sua gentileza em me conceder este aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Quem agradece é este Deputado que sempre teve admiração pela sua pessoa, pelo que V. Exa. faz e pelo convívio de sua amizade.

Testemunha é o Paraná e as regiões de Ipiranga e do Ivaí, do valor da representação política de ilustre Deputado Jurandir Messias. Em diversas oportunidades, tenta ele, também, levar a seus domicílios eleitorais, as atenções do Governo do Estado, e mais particularmente, nas regiões por ele referidas. Somos testemunhas disso. E quando for ocasião em que alguém omitir o nome de Jurandir Messias, em torno de reivindicações que ele fez junto com outros Prefeitos, teremos sempre a decência política de vir à Tribuna e elogiar os homens da ARENA, como o Deputado Jurandir Messias e outros Deputados desta Assembléia Legislativa.

O que não entendemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que quando alguma coisa é solicitada, quando alguma coisa é feita em termos de reivindicações, alguma coisa é tentada levar em termos de assistência do Governo do Estado e do Governo Federal, e quando conseguido, mesmo com a ajuda da comunidade, seja ARENA ou MDB, seja ARENA 1, ARENA 2, ou ARENA neutra, se destina unicamente a um único objetivo: de reprimir a ala que não corresponde a determinado setor que não está no Poder Público.

Bastemos recordar, neste Plenário, de que quando entramos nesta Casa, um dos primeiros requerimentos, o Deputado que nasceu em Castro, e teve seu domicílio eleitoral em Londrina, Dácio Leonel, entrava nesta Casa, com um requerimento pedindo eletrificação rural ao distrito de Socavão, mostrando a este Plenário e ao Paraná, a necessidade dessa implantação.

Recentemente, em Ponta Grossa, mais particularmente no distrito de Itaiococa, lá esteve a alta direção da COPEL, lá esteve o Sr. Prefeito de Ponta Grossa, lá estiveram técnicos fazendo levantamento, levantamento daquele distrito, e nas páginas que tenho em meu poder, nas falas que ouvimos e nossos companheiros de Ponta Grossa ouviram, foi feita aquela reivindicação em termos de Prefeitura de Castro e de Ponta Grossa.

Mas, no dia posterior a esse, comparecia a uma emissora de minha cidade, mais particularmente a Rádio Difusora, e falava que, nesta Casa, havia sido aprovado um pedido do Deputado Dácio Leonel de Quadros, da ARENA, pedindo a eletrificação rural daquela zona, e se viesse essa eletrificação, aquele Parlamentar teria a contribuição de participação.

Até o dia de hoje, até este momento, não falei em Dácio Leonel de Quadros, nem necessitaria falar, mas também para justificar a este Plenário o que nós temos, na nossa atuação, é uma decência política que nos caracteriza.

O dia em que não tivermos a proteção de Deus e, acima de tudo, a vontade de permanecer com esse caráter que nós possuímos, que herdamos de nossa família, não teremos condição de ter assento em uma cadeira dessas. Quisera eu ter oportunidade de dar a esses menos favorecidos, a esses homens pequeninos em caráter, a essa ala da ARENA, a esses homens irresponsáveis em termos de decência política, quisera eu ter a participação e o poder de pedir a Deus que desse a eles, pelo menos uma parte de decência, que desse a eles, pelo menos um pouco de dignidade, que desse a eles aquilo que sobra muito a diversos parlamentares que têm assento nesta Casa, da ilustre bancada da ARENA, exemplificando, David Federmann.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, agradeço a honra de poder apartear V. Exa.. Evidentemente, pretendo, se V. Exa. me permitir, abordar, em tópicos, alguns aspectos do pronunciamento de V. Exa. O primeiro deles, quando V. Exa. fazia alusão a municípios que deveriam receber a presença do Governo, especialmente na área das reformas e reparos de prédios públicos. V. Exa., entre os municípios mencionados, citou um dos municípios que nós, com muita satisfação representamos nesta Casa, especialmente pela condição de filho daquela cidade, que é o município de Castro. Devo dizer a V. Exa. que o nosso município foi incluído dentro dos dois planos, tanto da Secretaria de Administração, como da FUNDEPAR. Tanto é verdade que através de convênio firmado com a Prefeitura de Castro, tivemos naquele município, já concluída, a reforma do prédio que abriga o Grupo Escolar Vicente Machado e que, por sinal, ficou muito bem.

Atualmente, também através de Convênio firmado com a Secretaria de Administração, na ordem de 350 mil cruzeiros, está sendo processada a reforma do Hospital Bom Jesus que, inclusive, deverá ser mais uma obra que marcará, indiscutivelmente, a presença do Governo no nosso município.

Estamos também para iniciar as obras de reforma do Educandário Infantil Manoel Ribas, também através do plano de reparos da Secretaria da Administração. No setor da FUNDEPAR, devo informar que através do programa FAS, o município de Castro foi beneficiado com a construção de 3 grupos escolares no distrito de Socavão, na Serra de Iapó, em Terra Nova, prédios de alvenaria com 192 metros quadrados, e, além disso, a ampliação de duas salas de aula, no maior colégio daquele Município, Colégio Major Vespasiano Carneiro de Mello.

Cito fatos, porque entendo que eles demonstram efetivamente a presença do governo em meu município, e além disso, como V. Exa. tem conhecimento, o Governo do Estado está concluindo, através de contrato firmado com a firma de engenharia de Ponta Grossa, o acesso asfáltico a Castro. Será revestida a estrada que liga Castro a Socavão e no próximo mês estará em concorrência a construção, que tanto aspira o município, da estrada que liga Castro a Tibagi.

Cito esses fatos apenas como argumento, porque V. Exa. fez menção ao município de Castro, não obstante depois que tenha dito que não tem sido dado atendimento necessário a cada município. Mas entendo que, para um período de apenas 1 ano de governo, o Governo tem efetivamente dado demonstração de sua presença em todas as áreas e isso se justifica, porque se observa que apenas neste 1º ano de administração, mil salas de aula foram construídas no Paraná.

Mais 3 mil salas são previstas para 76, dentro do programa do FAS. Vemos nisso uma prova de que a presença efetiva do Governo da mesma forma tem acontecido em outros municí-

prios que representamos nesta Casa Legislativa. Ainda muito recentemente, pudemos apreciar a assinatura de contrato definitivo, após o convênio, para execução de várias obras próximas a Londrina, como a estrada asfáltica entre Sertãozinho e 1º de Maio, Municípios que representamos e que se encontra em fase adiantada de construção.

O início da construção da estrada Alvorada do Sul - Bela Vista do Paraíso, faço menção porque represento Alvorada nesta Casa; a estrada Nova Esperança - Santo Inácio, este último município por nós aqui representado, significando assim que se cada Deputado desta Casa procurar conhecer as regiões, os seus municípios e trazer depoimentos, tenho absoluta convicção de que efetivamente, daremos uma demonstração de que obras e mais obras vêm sendo realizadas no Estado do Paraná.

V. Exa. acaba de fazer menção com referência a eletricidade rural. No início do nosso mandato nesta Casa de Leis, efetivamente, apresentamos um requerimento em que lutávamos pela eletrificação rural, estendendo-se aos distritos de Socavão e Abapã, no município de Castro. São dois distritos que se têm destacado de forma extraordinária, pela produção de calcário, do cal e do talco. São indústrias que ali estão apenas dependendo da energia elétrica para uma expansão que será extraordinária para o município e altamente benéfica para o Paraná, indiscutivelmente mais benéfica para o Brasil. Veja-se que somente o município de Castro produz na atualidade cerca de 50 a 60 por cento do talco produzido no Brasil. É um detalhe altamente importante e que demonstra a riqueza daquela região.

Fizemos vários contactos e várias audiências tivemos na COPEL com o Dr. Artur Andreoli, e com o Dr. Domingos Prata. Recentemente, há questão de, mais ou menos, dez dias, fizemos mais uma investida e face ao alto custo desta obra, 11 milhões de cruzeiros foi aproximadamente orçada, haveria necessidade de se encontrar um encaminhamento para o financiamento para o financiamento dessa obra. Nós mesmos procuramos um contacto com o BRDE, onde temos à sua frente um velho companheiro de Londrina, o professor Dr. Edgard Menezes e encontramos todas as condições para que o BRDE pudesse, também, participar desse financiamento.

Juntamente com o Dr. Domingos Prata, o Prefeito Amadeu Puppi, por nós convidado na condição de Presidente da Associação dos Campos Gerais, o Prefeito de Castro e outras autoridades, estivemos visitando os Distritos de Abapã e Socavão. A Direção da COPEL procurou conhecer "in loco" a produção e as necessidades da demanda das indústrias ali existente.

Após o que a comitiva dirigiu-se a Itaipococa. Confesso a V. Exa. que não acompanhei a comitiva a Itaipococa e isto, inclusive, fiz questão de dizer ao Prefeito de Ponta Grossa, Dr. Amadeu Puppi, porque entendia que, naquele momento, não tínhamos a honrosa companhia do prezado Deputado David Federmann. Por este motivo entendia eu que não devesse comparecer ao seu município na sua ausência, especialmente em se tratando de uma obra administrativa e que, tenho certeza, trará grande benefício ao Município de Itaipococa. A forma dessa eletrificação seria uma ligação de Ponta Grossa - Itaipococa-Abapã, pela curta distância entre Abapã e Itaipococa e outra que seria Ponta-Grossa-Carambei-Socavão.

Apenas para esclarecer e para dizer que acompanhamos a comitiva fornecendo-lhes todos os detalhes e entendemos que, realmente, esse projeto vai se encaminhando para uma conclusão que será, sem dúvida alguma, para Itaipococa-Abapã e Socavão de grande benefício para as três regiões, de grande benefício

para os municípios e como consequência de grande benefício para o Estado do Paraná.

É um detalhe que trago ao conhecimento de V. Exa. Agradecemos apenas para que V. Exa. entenda que a nossa posição é apenas uma, a de um homem que tem percorrido seu Estado e reconhece que o Governo está imbuído dos melhores propósitos e tem comparecido na inauguração de obras numa demonstração que tem feito e muito em benefício do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Dácio Leonel, e queríamos tão somente que nesta Casa ficasse registrado, nos seus Anais, de que, nós não temos a condição de acompanhar o Governo em todo o território paranaense. Temos a nossa vivência e desenvolvemos a nossa política em termos salutaros na região dos Campos Gerais, temos em nossos companheiros e em nossos adversários, a maior respeitabilidade política de um homem público. Agora o que nós queremos que este Paraná fique testemunha, é que, a mesma decisão com que tratamos alguns dos nossos adversários não é recíproca, naquilo que nós sempre entramos no mérito, qual seja, a comunidade da região dos Campos Gerais. Se o Governo levou alguma coisa à região, às cidades circunvizinhas, enfim, alguma assistência mínima que foi, devem à região dos Campos Gerais, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaiva, do ilustre Deputado Gabriel Manoel, têm muito a requerer, a reivindicar do Governo do Estado do Paraná. Basta citar tão somente a declaração pública feita aos órgãos de divulgação do Estado, de que a Estrada do Cerne seria abandonada, de que o Governo do Estado através do porta-voz do Sr. Governador, não daria a assistência para com a conservação daquela estrada. Foram as representações políticas somadas, testemunhas nesta Casa, fizeram com que o Governo, através das solicitações dessas representações, voltasse atrás e desse a atenção merecida àquela estrada que já demonstrava, na vontade do Governador, ser abandonada pelo seu Governo.

O que nós vemos e sentimos neste Paraná, é que quando os homens do Movimento Democrático Brasileiro tentam levar mais alguma coisa de direito e de fato às comunidades paranaenses, os nossos companheiros da Aliança Renovadora Nacional, que aliás lhes é direito, que aliás lhes é do seu feitio porque realmente têm que mostrar aquilo que o Governo leva, nós reconhecemos no Governo do Estado do Paraná o esforço que este Governo está tentando fazer para sanar as dificuldades de todo o território paranaense, mas, vemos que também, além deste esforço existe um número grande de falhas administrativas.

Pela arguição feita nesta Casa, à exposição de um vizinho município, de Castro, que terá os benefícios aqui citados pelo seu representante, vimos demonstrar isto, estas falhas oficiais do Governo do Estado, em Castro. Acredito e tenha a certeza. Não tenho tempo suficiente para fazer no lápis a conta, se as inaugurações das reformas dos prédios, que lá irão ser desenvolvidas, se, a participação do Governo do Estado fosse por um representante credenciado. Uma única pessoa, um único carro oficial a se deslocar em Castro para fazer as inaugurações, e o restante da contenção da despesa daria para todas as crianças pobres de Castro não pagarem, no final do mês, os 2 cruzeiros da sua prova. Não poderia de forma alguma este Governo deixar de atender esta reivindicação que não é nossa, é do paupérrimo paranaense, é do que não tem condições de pagar ao seu filho. A criança entra na escola, a primeira coisa é: 50 ou 60 cruzeiros - intimidada, como foi denunciado nesta Casa por diversos Srs. Parlamentares, pelas direções de grupos escolares; quando não tem dinheiro, a criança é marginalizada

naquele trabalho de criatividade que é implantado pela reforma do ensino. É a isto que nós queremos contribuir.

Agora, vem o Sr. Deputado que nós respeitamos, que, de acordo com o convênio tal onde o município participa — coisa que não deveria fazê-lo, o governo deveria ter a decência de devolver o ICM arrancado dos municípios paranaenses, em forma de prédios escolares construídos neste Paraná inteiro, aí sim teria o mérito do Governado Estado — mas, com a participação de convênios aprovados por esta Assembléia?

Onde a Lei do ICM? A Lei dos Emolumentos Fiscais pagos? A tributação fiscal municipal? Os emolumentos fiscais de impostos prediais e territoriais de ICM? Ainda tem a participação concreta e efetiva nesse convênio, da sua participação, da Prefeitura. A Prefeitura é obrigada a pagar aquilo que não é direito dela, pagar, o prédio escolar é do Estado. O Estado deveria ter a decência de pagar o que é seu, e não através de convênios.

Mas respeitamos os convênios. Agora o que não respeitamos são as comitivas palacianas, que se deslocam ao interior, acobertados não sei por quem, mas acredito que Jayme Canet Junior não pode concordar com isso. A decência política dele, o caráter de zelo à causa pública que demonstrou e demonstra nas suas atividades particulares. So ele faz diferenciação entre dinheiro público e dinheiro particular. Acredito que nenhum dos Srs. Deputados desta Casa, que já passaram por casas executivas deste Paraná, nunca diferenciaram dinheiro público do dinheiro particular.

E aí está o que nós queremos trazer a este Paraná, é unicamente trazer uma contenção de despesas, desnecessária, sem vergonha até, quando se preza o dinheiro público, não admitimos enquanto deputado do povo nesta Casa, de que o dinheiro público seja queimado como está sendo, se o Governo Revolucionário aí está implantado, moralizando este País, como dizem. Que moralize a administração pública, que veja o que nós recebemos dos órgãos, das autarquias estaduais, folhetos estampados, encadernados, da melhor classificação nacional. E a criança das nossas escolas, é obrigada a pagar no final do mês pelo seu papel, para fazer sua prova.

Além disso a criança que não dá o dinheiro para ter papel borrão, para dar uma demonstração da sua vocação de futuro, eles não têm o mesmo tratamento daquelas crianças que têm a sorte de nascer em berços privilegiados. E pagaram no início do seu currículo escolar 50 ou 60 cruzeiros. E assim, nós trazemos a esta Casa e a este Paraná, o que sentimos e o que vivemos em nossas regiões, admitimos, de que o Governo tenta fazer alguma coisa. Mas o que não admitimos, é que alguém queira tapar o sol com a peneira, nesta Casa.

Nós não estamos criticando, estamos apontando aquilo que nos é direito como paranaense, como contribuidor de imposto neste Paraná, não admitimos que o nosso dinheiro, o dinheiro de todos os paranaenses sejam queimados com gasolina em vai e vem, de pessoas que dão verdadeiros manequins de festas, em inaugurações deste País.

O que queremos, é que nesta Casa fique registrado aquilo que realmente é concreto, real, porque a nossa contribuição de político é sadia e honesta.

Vou encerrar nossa participação desta tribuna para conceder ao ilustre Líder do meu Partido, Deputado Osvaldo Macedo, que me pediu que terminasse minha locução, e numa próxima oportunidade, estarei nesta tribuna à disposição dos ilustres Deputados da ARENA. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para elucidar o brilhantismo, a combatividade, do ilustre companheiro de Assembléia, o digno representante de Ponta Grossa... Grossa

O SR. PRESIDENTE — Solicito ao nobre Deputado Gabriel Manoel que cite o artigo do Regimento Interno pelo qual V. Exa. pediu a palavra, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, cite V. Exa. o artigo pelo qual não posso usar da palavra. Porque, V. Exa. está usando de dois pesos e duas medidas.

O SR. MAURÍCIO FRUET — A Mesa assegura a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, para que as galerias não tenham a impressão que a maioria desta Casa desconhece o Regimento Interno, devo dizer que a quase totalidade dos Srs. Deputados dos Srs. Deputados sabem citar o artigo quando pedem a palavra, pela ordem.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra baseado no artigo 151 (181?). É só apenas para dizer a V. Exa. o artigo que me garante a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, apenas para dizer que voltaremos ao assunto.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. A Presidência informa que V. Exa. tem apenas 7 minutos para falar no Grande Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — (Pela ordem)...

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente V. Exa. concede a palavra a um Deputado do MDB, enquanto cassa a palavra de um humilde Deputado da ARENA. V. Exa. me permite, está misturando "alhos com bugalhos". Solicite também do Deputado Jayme Carvalho, que cite o artigo do Regimento Interno que lhe confere o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE — O Deputado Jayme Carvalho ainda não pode nem dizer o artigo do Regimento Interno que lhe permite o uso da palavra.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jayme Carvalho, de acordo com o artigo 98, do Regimento Interno, que diz: "O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos".

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, apenas para esclarecer a V. Exa. que estava inscrito em 2º lugar. E requeiro a minha inscrição para o próximo expediente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com relação à cassação dos mandatos eletivos e a suspensão dos direitos políticos por 10 anos, que o Governo no dia de ontem decretou, dos Deputados Federais do Rio Grande do Sul, a bancada do MDB nesta Assembléia, tem a dizer o seguinte. (Lê):

"Os únicos crimes praticados pela palavra são três: injúria, calúnia e difamação. E todos eles estão tipicados na legislação penal. Quem os pratica deve ser regularmente processado perante o Poder Judiciário, com amplo direito de defesa. Só o Poder Judiciário exerce a função jurisdicional e ministra justiça. Fora

dele, e acima dele, é o arbítrio, é a violência. Quem se julga ofendido é parte e não julgador. Teme a arte e a palavra quem censura e proíbe rigorosa e injustificadamente cimposições musicais, literatura escrita, espetáculos de televisão e discursos políticos.

Governo nenhum pode ter medo de jograis.

Governo nenhum pode ter medo da palavra.

Era só, (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 177/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 191/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Entidade Binacional ITAIPU e a Universidade Federal do Paraná, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento urbano da cidade de Foz de Iguaçu. **Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO 1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 157/75 de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Externato São Francisco Xavier, com sede na cidade de Maringá. **Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução nº 23/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 190/74 que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais que especifica, objetivando construção de prédios destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Públicas, naquelas comunas. **Pareceres favoráveis da CCJ, CF, e CP. — Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 146/75, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavaí "Frei Rafael Mainka", com sede e foro na referida cidade. **Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.**

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei nº 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, que dispõe sobre a privatividade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. **Pareceres favoráveis da CCJ e CF., em regime de urgência. — Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 104/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º — É privativa do Despachante a mediação nas relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

§ 1º — Ficam excluídas dessa exigência:

a) as pessoas jurídicas de direito público ou privado, que poderão fazê-lo através de seu representante legal ou procurador;

b) as pessoas físicas, que poderão fazê-lo diretamente ou através de mandatário especialmente constituído.

Art. 2º — Ao Diretor do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná compete, ouvida a Secretaria de Segurança Pública, expedir a credencial de habilitação para o exercício da função de despachante oficial para localidades especificadas.

Parágrafo único — A titulação do Despachante será proporcional ao número de veículos registrados em cada município do Estado, na razão de 1 (um) para cada 1.000 (mil) veículos, observando-se porém a titulação de pelo menos 2 (dois) Despachantes em cada município, não excedendo a 100 (cem).

Art. 3º — São condições para a credenciação de despachantes, nos termos do artigo anterior:

— Fazer prova de:

- a) ser cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- b) ser maior de 21 anos;
- c) ser eleitor;
- d) estar quites com o serviço militar;
- e) sanidade física e mental, com laudo médico expedido pela Secretaria de Saúde Pública;
- f) nível secundário de instrução, com comprovante de conclusão de curso secundário, 1º ciclo;
- g) idoneidade, com certidão negativa dos cartórios de Protesto de Títulos da Capital e, se residente no interior, do Cartório local; e certidão negativa das Varas Criminais, Execuções Criminais, Distribuidor Cível e do Comércio, Falências e Concordatas, dos últimos 10 (dez) anos;
- h) atestado de antecedentes criminais, fornecido pelo Instituto de Identificação;
- i) bons antecedentes político-sociais, com documento expedido pela DOPS; e,
- j) identidade fiscal, com fotocópia autenticada do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Delegacia Regional do Imposto de Renda.

II — Submeter-se à prova de habilitação, por concurso, onde se comprovem conhecimentos sobre legislação que rege a área administrativa que vai operar e sobre trânsito.

III — Firmar termo de responsabilidade, garantido por caução, junto ao Tesouro do Estado, em moeda corrente para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais, ocasionados ao DETRAN ou a terceiros, em valor fixado por ato do Secretário de Segurança Pública.

Parágrafo único — Até 60 (sessenta) dias após o ato de credenciação, o despachante deverá apresentar ao órgão competente da Secretaria de Segurança Pública, prova de inscrição como segurado da previdência social.

Art. 4º — As Associações civis registradas e reconhecidas como de utilidade pública, pela União ou pelo Estado do Paraná de fundo filantrópico ou assistencial, poderão, a critério do Diretor do Departamento de Trânsito, ser credenciadas como despachante.

Parágrafo único — O preposto por elas indicado deverá preencher as condições exigidas no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º — Ao despachante de que trata esta Lei, na esfera da jurisdição municipal para a qual foi credenciado compete:

- a) representar os interesses de seus clientes, desde que autorizado por documento hábil;
- b) encaminhar e acompanhar o andamento de processos e papéis de interesse de seus clientes, atendidas as disposições regulamentares dos serviços administrativos do DETRAN;
- c) requerer certidões para instruir processos, solicitar informações sobre o respectivo andamento, bem como reclamar

perante quem de direito no caso de demora na tramitação de requerimentos e processos; e,

d) pagar em nome dos seus representados quaisquer impostos, taxas ou multas.

Art. 6º — Cada Despachante poderá requerer ao Diretor do Departamento de Trânsito a nomeação de prepostos, que indicará e que deverão ser registrados com Carteira Profissional de Trabalho.

§ 1º — O preposto, como auxiliar, funcionará sob exclusiva responsabilidade do Despachante;

§ 2º — Ao preposto aplicar-se-á, no que couber a legislação aplicável ao despachante, excetuado o disposto na letra b, do item I, e item II do art. 3º.

§ 3º — O preposto deverá ter idade superior a 18 anos.

§ 4º — O despachante firmará um termo de responsabilidade sobre os atos praticados pelo seu preposto, no exercício das respectivas funções, inclusive, pelas indenizações em que aquele incorrer por força de seu trabalho.

Art. 7º — Incumbe ao Despachante:

a) tratar com urbanidade clientes e funcionários, respeitando o regime de disciplina que rege o serviço público;  
b) diligenciar o rápido andamento dos interesses que lhe são confiados;

c) possuir livro de registro, de conformidade com modelo a ser estabelecido pelo DETRAN, onde conste:

1 — nome, estado civil, nacionalidade, profissão e domicílio dos comitentes;

2 — os negócios de que estiver encarregado, com as respectivas conclusões e contas;

3 — os pagamentos recebidos.

d) apresentar o livro de que trata a letra anterior para exame sempre que o Departamento assim o solicitar;

e) prestar contas e fornecer recibos aos seus clientes;

f) acatar as determinações das chefias do Departamento e com elas cooperar;

g) manter em seus escritórios em lugar visível ao público, impressas e sem razuras:

1 — tabela de honorários aprovada pelo Secretário de Segurança Pública;

2 — tabela de taxas do DETRAN, relativas aos serviços de sua atribuição.

h) comunicar, dentro de 24 horas, à Diretoria do DETRAN, a dispensa de preposto, bem como a devolução da respectiva credencial;

i) portar, e exibir em lugar visível do vestuário, quando no exercício da função, cédula de identidade oficial expedida pelo DETRAN;

j) identificar os processos que encaminhar nas respectivas repartições, com carimbo onde conste o nome do despachante, resolução, data de nomeação e endereço do escritório;

l) instruir os processos que encaminhar, com o seguinte documento, além da documentação regular: comprovante padrão fornecido pelo órgão, devidamente preenchido, devendo constar a autorização do cliente, bem como um orçamento de custo de seus honorários.

Art. 8º — É vedado ao despachante, nos termos desta lei:

a) delegar a outrem, que não o seu preposto, suas atribuições, definidas em Lei e regulamento;

b) aceitar o patrocínio de interesses que venham, de qualquer modo, causar prejuízos a terceiros ou à administração pública;

c) manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

d) desempenhar cargo ou função pública;

e) exercer suas funções fora da jurisdição municipal para a qual foi credenciado.

Art. 9º — Constitui impedimento legal para a credenciação de Despachante, ser o mesmo parente até 3º grau, inclusive na linha de afinidade, de funcionários do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná ou à disposição desse órgão.

Art. 10 — Pela infração de seus deveres profissionais na esfera administrativa ficará sujeito às seguintes penalidades:

a) advertência e repreensão, sem publicidade;

b) multa, até a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País;

c) suspensão do exercício profissional até 01 (um) ano;

d) cassação da credencial concedida.

Parágrafo único — As penas estabelecidas na letra "a", deste artigo, serão aplicadas pelo Chefe da Circunscrição de Trânsito; das letras "b" e "c" pelo Diretor do Departamento de Trânsito e a da letra "d", pelo Secretário de Segurança Pública.

Art. 11 — A imposição das penas de que trata o artigo anterior será precedida de sindicância, mediante prévia notificação do acusado, pessoalmente ou por editais com prazo de cinco (05) dias para justificar-se por escrito dentro de 10 (dez) dias, facultada a juntada de documentos.

Art. 12 — Das decisões que importarem na aplicação de sanções, após pedido de reconsideração, caberá recurso à autoridade imediatamente superior, sem efeito suspensivo, no prazo de quinze (15) dias, cuja decisão será irrecorrível.

Art. 13 — O Departamento de Trânsito manterá em sua Seção de Pessoal o registro aos Despachantes credenciados, para efeito de anotação de sua vida profissional.

Parágrafo único — O uso indevido, por parte do despachante, das prerrogativas aqui concedidas importará na cassação da credencial, além da imposição das cominações legais decorrentes.

Art. 14 — Os honorários de serviço de Despachante Oficial de Trânsito, serão fixados, por Decreto, em importância não excedente a vinte por cento (20) do maior salário mínimo vigente no Estado.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A profissão de Despachante de Trânsito se constitui numa realidade, tendo essa classe prestado assinalados serviços à coletividade.

No Congresso Nacional, diante dessa realidade, está sendo discutido projeto de Lei estabelecendo diretrizes e organismos disciplinadores da atividade profissional desenvolvida pelos Despachantes.

No Estado, a matéria é regulada por Decreto Governamental (Decreto nº 741, de 02-09-71), cujos dispositivos procuraram, em seu contorno geral, dar caráter oficial a uma atividade que vinha sendo desenvolvida de há muito em nosso Estado. Contudo, o Decreto não escapa à precariedade com que é atribuída e reconhecida essa atividade profissional.

Assim é que procuramos, através do presente Projeto de Lei, tornar a legislação mais estável, dando para os que a exercem uma verdadeira profissão com direitos e obrigações, onde estão estabelecidas as condições de capacidade para o seu exercício.

O insigne Professor Pontes de Miranda em seu "Comentários à Constituição Federal, Tomo V, pag. 537, ensina:



"A Lei pode estabelecer pressupostos necessários (subjetivos) para o exercício (do direito) de qualquer profissão. Há direito de livre escolha de profissão, mas só pode exercer a profissão escolhida se se satisfazem os pressupostos que a lei exigirá".

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 104/75

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Accioly Neto, dispõe sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

A justificativa que o acompanha, nos convence da sua conveniência e oportunidade.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada impede que o mesmo tenha tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do plano de lei em tela.

Sala das Comissões, em        de 1975.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

(a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 104/75

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, o presente projeto de lei, visa disciplinar a mediação dos Despachantes, nas relações entre contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Sobre o projeto já manifestou-se favoravelmente a douta Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação a esta Comissão, examinando-se a matéria, e a justificativa que a acompanha, temos que o projeto visa de fato sustentar e fortalecer a legislação vigente que ora regula as funções de Despachante em nosso Estado.

Isto exposto, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

(a) GILBERTO CARVALHO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 205/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 308/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 205/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 308/75

Acompanhado da Mensagem Governamental 114/75, de 12 de novembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Colorado, objetivando a execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1975.

(a) ACCIOLY NETO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) — A Presidência desta Casa informa aos Srs. Deputados que no próximo dia 01 de abril, logo após o encerramento da sessão, haverá uma reunião com todos os Srs. Deputados, no auditório da Assembléia. Outrossim, lembra esta Presidência que amanhã, haverá Sessão Especial, na qual, em nome da Presidência da Casa, usará da palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arthur Mehl, ocorrido em Pitanga. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 21º aniversário de fundação do jornal "Diário do Paraná", editado em nossa Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de determinar ao órgão competente proibição da sobre-pesca e a pesca destrutivas nas águas das baías de Guaratuba e Paranaguá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que determine providências para a realização dos reparos no prédio onde funciona a unidade sanitária do município de Uraí. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que seja implantada a Eletrificação Rural nos distritos de Itaiococa, município de Ponta Grossa e Socavão e Abapan, município de Castro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo medidas urgentes para que o distrito responsável do DER, intensifique os trabalhos de conservação na estrada do Cerne (Piraí do Sul-Curitiba). — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado a CESP, o apoio desta Casa à reivindicação feita pela população da região norte, no sentido de que promova a instalação de um sistema de comunicação fluvial. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de estabelecer norma de isenção de taxa de inscrição em novo

exame psicotécnico às pessoas pobres, reprovadas na primeira tentativa. — **Aprovado.**

Com a palavra, para falar em explicação pessoal, o Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

**O SR. FABIANO BRAGA CORTES** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos na nossa vida momentos de tristezas e momentos de alegria.

Quando adentramos nesta Casa de Leis tivemos um momento de alegria pelo pronto restabelecimento do eminente Deputado Domício Scaramella, companheiro e amigo nosso.

Tivemos um momento de tristeza ao recebermos as notas taquigráficas do pronunciamento feito nesta Casa pelo Deputado Jayme Carvalho. Esse pronunciamento foi feito na quinta-feira passada quando nos encontrávamos na Comissão de Inquérito da Educação que se prolongou até o momento da sessão deste Plenário.

Hoje faremos um pronunciamento para que a Casa julgue, para que a Casa medite e o Paraná veja. Dizem as notas taquigráficas: "o que o Governo tem feito no dia a dia..." "... negociatas, traidores do povo, vendilhões de minha terra" e segue o Deputado Jayme Carvalho no seu pronunciamento. Mais adiante diz S. Exa.: "homens inteligentes, mas que corrompem o povo" e vai por aí a fora, o Deputado no seu pronunciamento.

Com os pequenos dados que irei transmitir a esta Casa, todos poderão ver quem é o traidor do povo. O nobre Deputado fez menção a uma festividade realizada no município de Goioerê, onde o povo prestou uma homenagem ao seu Prefeito, ao homem que, diuturnamente está trabalhando em favor do município. Foi prestada uma homenagem ao ilustre Prefeito e juntamente este Deputado que vos fala recebeu também uma homenagem pelo nosso trabalho, e eu digo, sem falsa modéstia, da estrada Campo Mourão-Goioerê, que o Deputado aqui mencionou, que, dada a nossa luta junto com a comunidade de Goioerê, conseguimos abreviar, antecipando por um ano a elaboração do Projeto. Fizemos algumas viagens a Brasília, no Ministério, junto ao DNER, insistindo, pedindo e levando dados sócio-econômicos da região e mostrando da necessidade desta estrada. Fizemos isto em campanhas políticas, dizendo que estávamos em Goioerê falando com o povo face a face, sabendo da responsabilidade que tínhamos em nossas palavras, mas que, se eleitos fôssemos, lutaríamos por aquele pedaço do Paraná.

E estamos de consciência tranquila, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque no setor desta estrada foi antecipado o dito pelo próprio Ministro, quando aqui estive numa conferência que proferiu na Rede Ferroviária Federal, onde mostrou os gráficos, mencionando tal estrada. Nós pedimos a palavra, quem esteve lá é testemunha disto, e dissemos ao Sr. Ministro Dirceu Nogueira que víamos, nos gráficos ali expostos, a nossa tão sonhada estrada. Mas, que nós gostaríamos de ouvir do próprio Ministro, de viva voz, o início de tal obra. Isto, a bem da verdade. E o Sr. Ministro solicitou que se pronunciasse também o Diretor do DNER. E nos deram uma informação: que, em meados de julho, seria iniciada a tão sonhada obra e tão sonhada estrada.

Mas isto, Srs. Deputados, custou trabalho. Por várias vezes, como diz o ditado popular, "afundamos em soleiras" da firma que estava trabalhando no projeto. Diariamente quase, estivemos lá, acompanhando "pari passu" tal trabalho, pedindo que acelerasse o referido projeto.

Temos com relação a isto, a consciência tranquila.

E eu pergunto se é trair o povo, construir, em Goioerê, o Governo do Estado, uma unidade-polo de 3.640 m<sup>2</sup> no valor de 5 milhões e 500 mil cruzeiros — isto para escola profissionali-

zante — no valor só do material para escola, material didático, de mais 3 milhões e 800 mil cruzeiros?

Será trair o povo também, uma nova unidade-escola, da FUNDEPAR, no Jardim Lindóia, na sede do Município, com 1.640 m<sup>2</sup>?

Será trair o povo, construindo um Grupo Escolar em Quarto Centenário, com seis salas de aulas; será trair o povo, construir o Grupo Escolar em Rancho Alegre, de 640 metros quadrados; será trair o povo construir em Vila Guaíra uma unidade de 580 metros quadrados; será trair o povo também construir 20 salas de aulas, mais de 20 salas de aulas, na zona rural; será trair o povo, o novo sistema de abastecimento de água, está aqui implantado na sede do município com programação com inauguração em julho; será trair o povo, depois de algumas viagens a Brasília, levando dados, pedindo à direção do Banco do Brasil a instalação de uma agência naquele município; será trair o povo, o serviço de combate à erosão com asfaltamento na cidade, montagem que foi feita há pouco tempo, de uma pedreira moderna, que está pendendo a demanda não só da Prefeitura, mas como das empresas particulares; será também trair o povo a recuperação total do parque rodoviário que o atual Prefeito está implantando naquele município?

Será trair o povo, o trabalho que o Prefeito vem realizando para a construção da nova sede municipal, Câmara Municipal e Fórum daquele município; será trair o povo, graças o trabalho do Sr. Prefeito, dos Srs. Vereadores, a terraplenagem já terminada do trecho Jesuíta, Formosa, Quarto Centenário, Goioerê, Cruzeiro do Oeste, dentro em breve a ordem de serviço de pavimentação de Quarto Centenário, Goioerê a Cruzeiro do Oeste; ponte sobre o Rio Piquiri no Porto 4; o projeto final já em fase de acabamento; a estrada de Nova Aurora a Quarto Centenário, onde se encontra a tão falada ponte "que tem a ponte e não tem estrada".

O serviço de terraplenagem, já foi feito concorrência pública, eu penso que o Deputado deve saber disso. E a firma J. B. foi a vencedora desta concorrência pública; eletrificação em Bandeirantes do Oeste-Jóia; recuperação do sistema de iluminação pública de quase toda sede do município. As reformas estão sendo feitas, praças, parques e jardins; pontes intermunicipais, que o Sr. Prefeito está recuperando, fazendo a recuperação por estrada hoje, de cimento armado.

Será isso, trair o povo? e eu tenho ido a Goioerê, seguidamente, para assistir de perto as necessidades do seu povo e da sua gente. Eu quero, na oportunidade, conceder o aparte ao Deputado Jayme Carvalho.

**O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO** — Obrigado Deputado Fabiano Braga Cortes.

Eu fui muito infeliz no meu pronunciamento, ou V. Exa. não tentou me entender.

Jamais disse, em meu pronunciamento, que V. Exa. tivesse sido um traidor do povo de Goioerê. Nem caberia uma traição quando se recebe de uma cidade cerca de 6 mil votos.

No meu pronunciamento, citei, Deputado, a desesperança de meu povo e que V. Exa. conhece.

Citei nomes de governadores e estão aí escritos nas notas taquigráficas.

Disse que o povo está desesperançado.

E volto a dizer a V. Exa., porque não sou homem que engole calado, para isso penso antes de pronunciar. Volto a dizer a V. Exa. que, realmente, nestes últimos 20 anos, os governos do Estado do Paraná, o Poder Executivo central do Paraná, tem sido traidor do povo da região do Vale do Piquiri.

Repito veementemente e o povo de minha terra repete pela minha boca.

Sr. Deputado, desfilaram pela passarela do Palácio Iguaçu, Ney Braga, Paulo Pimentel, Haroldo Leon Peres, Parigot de Souza e, finalmente, Emílio Gomes, que prometeu a Goioerê, isso sem falar em João Mansur, transitoriamente, que prometeu a Goioerê, a estrada. E V. Exa. é testemunha, como eu sou, e se nós dois não formos, 180 mil habitantes, só de Goioerê o são, que, nas vésperas da eleição passada, de 74, à cata de votos, e isto é traição? isto é vilependiar o direito do povo? é espezinhar sobre o povo?

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Freut) — Esta Presidência lembra o orador que resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, requeiro prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — ... A nossa estrada Campo Mourão-Goioerê, Sr. Deputado, foi estaqueada. Lá se colocou maquinário; lá se arreventou propriedades; lá se derubou barrancos, com a aprovação do Governo da ARENA, e anunciou-se que o asfalto se iniciaria em breve.

E chegamos a esta Casa — repetimos — já estava em estudo o projeto de engenharia. Nós o temos em nossas mãos, Sr. Deputado.

Quando em disse da falta de cumprimento, do desrespeito, eu me situava com os governos que passaram.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — V. Exa. não disse governos do passado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Aliás, V. Exa. mesmo disse, numa programação da Rádio Curiós, de Goioerê, hoje Rádio Goioerê, cuja fita existe, de que se o asfalto não iniciasse no mês de março deste ano, V. Exa. renunciaria o seu mandato. O que eu não desejo, Sr. Deputado. E estamos no fim do mês de março, e o asfalto não está iniciado.

Reconheço o trabalho de V. Exa., em Goioerê, não falemos de V. Exa.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Mas o trabalho está sendo desenvolvido.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Oxalá, Sr. Deputado, depois de tantas festas, tantas pedras fundamentais, oxalá, essa última festa, traga ao povo a grande medalha que o povo quer: o asfalto de Goioerê.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Esteja certo, nobre Deputado, que asfalto virá, como virão mais obras, as que acabei de enumerar. Obras, que, acredito, são do conhecimento do Deputado; obras de vulto, obras que virão projetar, cada vez mais, o nome de Goioerê.

Acredito que V. Exa. tem acompanhado o trabalho do grande Prefeito Vicente Okamoto que, diuturnamente, está trabalhando em favor da comunidade.

Mas, V. Exa., nas notas taquigráficas que tenho aqui, chamava os arenistas de "negociatas" e traidores do povo.

Com isso provo a V. Exa., se V. Exa. percorrer Guaíra, há de constatar a veracidade dos fatos, a veracidade dessas obras.

Assumimos compromisso com o povo de Goioerê, de trabalhar, de lutar para o engrandecimento daquela região. Sei da responsabilidade que tenho para com o povo, responsabilidade que assumimos em paraça pública. Prometi lutar por este Estado. Viajei várias vezes a Brasília, fui ao Rio de Janeiro, diuturnamente acompanhei esses projetos, pedindo e insistindo para o aceleração dessa obra.

Deve V. Exa. saber que o povo em Goioerê fez aquela manifestação em praça pública, de agradecimento pelo traba-

lho que o Prefeito está fazendo em prol daquele município. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet). Concedo a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O motivo da minha inscrição em explicação pessoal, é porque pretendia fazer um aparte ao eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, o que não foi possível, mas repeito, porque conheço a atitude do eminente Deputado, cavalheiresca que sempre teve conosco. Sei que, dada a escassez de tempo, não foi possível conceder o aparte, mas se não viesse à tribuna estaria faltando com minha obrigação.

Sei, nobre Deputado, que V. Exa. é homem sensato e compreensivo. Argumentou vários fatos, e entre eles as inaugurações. Queria, neste momento justificar o atendimento que o Secretário de Administração vem dando, principalmente no setor de reparos, creio que já atinge hoje a casa dos 200 municípios atendidos por esses reparos. Esses convênios firmados com as Prefeituras, e um dos melhores convênios já firmados até agora, porque foi o único convênio real entregue aos Prefeitos, sem que os Prefeitos tivessem que desembolsar nada. Os Prefeitos fazem o levantamento dos reparos a serem feitos, visados pelo engenheiro residente, entrega à Secretaria de Administração e, em seguida, é firmado o convênio e liberados 50 por cento dos recursos. Aplicados aqueles 50 por cento, são liberados os outros 50 por cento, dando oportunidade ao Prefeito de diretamente executar aqueles reparos, atendendo a comunidade de seu município. E não se fala em inauguração. Esses convênios são feitos de maneira fácil, facilitando e ajudando os Prefeitos, sem necessidade que a Secretaria de Administração marque sua presença, verifique a execução da obra que está sendo executada.

No setor de execução, podemos verificar agora, na visita feita com S. Exa. o Sr. Governador do Estado ao município de São Jorge do Ivaí, em Borrazópolis, Calorê, Marumbi e Jandaia do Sul. Em São Jorge do Ivaí, foi executada obra, por administração direta da Prefeitura e o Governador, vendo aquela única escola, pôde constatar a economia que fez o Estado. O Prefeito conseguiu construir uma unidade escolar que deu novo aspecto àquela região, àquele setor, onde foi construído aquele estabelecimento. Nessa unidade escolar, com a presença marcante do Secretário, o Governo pôde constatar a necessidade de atender melhor as escolas, com mais salas de aula. Inicialmente, foram construídas várias unidades escolares no Estado em que carecia muito, dando o número de doze salas de aulas. Hoje constatamos, pessoalmente, verificando o interesse em fazer economia e oferecer mais, que o Governo simplificou e vai construir muito como já foi mencionado pelo eminente Deputado Dácio Leonel. Neste ano já foram construídas mil salas de aula e mais três mil serão construídas para o próximo ano.

Então, nobre Deputado, essas visitas, muitas vezes, parece que é um ônus para o Estado, mas não é porque pessoalmente se verifica a execução e andamento daquelas obras. Em razão disto os Prefeitos e a comunidade recebem com satisfação. Como pudemos ver, na minha região, agora. Há muitos anos estamos reivindicando a estrada Borrazópolis-Jandaia do Sul. Com a presença agora pessoal do Sr. Governador, com a presença do Secretário foi possível verificar "in loco" a necessidade da execução daquela obra. Por este e outros motivos é preciso que o Governo participe e que administre mais voltado para o Interior, voltado para esse povo que tanto contribui e quer o benefício,

que não é favor, é uma retribuição a esse trabalho executado em todo o Estado do Paraná, porquanto foi feito um chamamento ao nosso povo para que recuperasse o Paraná depois dessas geadas. Esse chamamento foi ouvido e aí está o Paraná hoje com uma de suas maiores safras.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Gilberto Carvalho, como disse um Sr. Deputado que passou por essa tribuna na tarde de hoje, há momentos de tristezas e de alegrias.

É com alegria que vejo V. Exa. na tribuna para, posteriormente, através das notas taquigráficas, testemunhar a sua palavra em minha região, e mais particularmente, em minha cidade, onde determinada pessoa que ostenta uma função, alta por sinal, do município, comparece a órgãos de divulgação falando que a administração participa das despesas do que V. Exa. contradiz nesta tarde.

A presença de V. Exa. já se fazia quando da aprovação dos convênios nesta Casa. Mande até tirar uma cópia dos convênios passados por esta Casa e levarei juntamente com a cópia do convênio, levarei o testemunho pessoal seu, que sempre demonstrou a esta Casa a contribuição honesta, leal e sincera de V. Exa. que desempenha uma função pública.

Queira aceitar, Deputado Gilberto Carvalho, em nome do povo de Ponta Grossa que representamos, nossos cumprimentos por desvendar e desmentir nesta Casa a participação monetária do município de Ponta Grossa em alguma obra de convênio para a restauração de prédios escolares do Governo do Estado do Paraná.

V. Exa. muito contribui para que a verdade em Ponta Grossa seja colocada em pratos limpos.

No que se refere a inaugurações, acreditamos que falamos bem alto e bem claro a todos aqui presentes. Admitimos até que algum Sr. Representante no caso específico de um Elísio Ferraz de Campos compareça às reinaugurações das restaurações dos prédios escolares. Que se faça presente o Sr. representante da Secretaria de Planejamento ou da Secretaria da Educação ou do Governo do Estado. O que não admitimos é que cortejos matrimoniais saiam daqui de Curitiba e compareçam no interior para uma festividade de casamento, uma festividade pomposa como se fosse a única, e casamento se faz uma vez.

V. Exa. nos dá uma satisfação de que duzentos municípios estão sendo atendidos pelo Sr. Secretário João Elísio Ferraz de Campos. Transfira isto no papel, Sr. Deputado, multiplique pelo número de carros oficiais que haverão de ir a esses duzentos municípios, mentalize e some conosco. Dê a sua contribuição que sempre foi honesta e leal. Participe da nossa aspiração que é a aspiração do povo paranaense. Contenção de despesa, gastos supérfluos, têm que ser banidos da administração, e V. Exa. estará dando realmente uma mostra da sua educação e da sua decência política.

Muito obrigado por esta sua gentileza.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, em primeiro lugar, quando disse que o município não participa nos reparos, de que o Governo dá o total da importância para os reparos, quero fazer uma ressalva: que é, em primeiro lugar, feito pelo município, pela Prefeitura, um orçamento da despesa a ser feita, e encaminhado ao Estado, à Secretaria da Administração, e firmado e assinado o convênio. Se muitas vezes o município falha ao fazer este orçamento, a culpa não é da Secretaria da Administração, e se o dinheiro não der, é porque ele assumiu o compromisso de executar a obra naquele valor proposto; então,

muitas vezes pode acontecer, não vou dizer que não aconteça do município participar, se ele não fez um orçamento bem feito.

Quanto à contenção de despesas, nobre Deputado, V. Exa. há de convir comigo, do que o Governo vem fazendo, procurando diminuir o número de veículos em todas as Secretarias.

Publicidade — V. Exa. tem visto. É claro que existe, mas, tem procurado diminuir o mais possível.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de, no final de sua oração, V. Exa. fez referência a que o Governo está tentando conter os gastos com publicidade.

Por que só agora, recentemente é que o Governo Estadual faz esta retenção com as empresas jornalísticas do Estado do Paraná?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu até estava evitando falar em publicidade porque tenho um certo respeito aos administradores, quer da ARENA, quer do MDB, e não queria fazer referência mas, sou obrigado, a partir deste momento.

Em primeiro lugar a contenção de despesas de publicidade por que feita agora?

Isto que o Governo encontrou não foi feito por ele, não foi feito por Emílio Gomes, vem de muito tempo. É realmente uma maneira tradicional que vem se transferindo de Governo para Governo. É claro que houve uma oportunidade em que o Governo pudesse cortar mas talvez não o tenha querido fazer, de uma vez.

Veja bem V. Exa., que todo mundo vê, é só pegar os jornais, o Jornal "A Folha de Londrina — publicidade". Não estou criticando o meu amigo, é um Prefeito da Oposição mas é meu amigo, mas a verdade precisa ser dita. Veja V. Exa. a publicidade que vem sendo feita por Londrina, a publicidade feita, dos três maiores municípios; o MARINGÁ, do nosso amigo Nivaldo. É bastante, a publicidade. Eu sou contra. Durante a minha administração, V. Exa. sabe que fui Prefeito de um município pequeno, um município que quando entrei nem meio-fio havia, não fiz muita publicidade, porque não podia fazê-la, porque precisava aplicar bem o dinheiro, a favor do povo. A publicidade está lá, está lá marcada. Muitas vezes a jornalistas meus amigos eu gostava de atender, mas não era possível porque os recursos não eram suficientes. Agora, se eles têm condições e podem divulgar os seus municípios, cada um faz como pode.

Mas Deputado...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. fez referência à publicidade. Então V. Exa. concorda que o Governo do Paraná e as sociedades de economia mista que são as autarquias, fazem publicidade das administrações. Havia um limite fixo e V. Exa. sabe disto. E eu gostaria de, nesta oportunidade, levantar aqui o meu protesto porque os governos não são super-mercados e muito menos bazares onde há coisas a vender, e sim, têm serviços a prestar, como retribuição de impostos que o povo paga. Então, não precisa de propaganda e não precisava, desde o começo em que assumiu o Governo, ou, ontem precisava e hoje não precisa mais?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, para tudo há uma certa limitação. A publicidade é necessária, mas eu acho um absurdo, a publicidade exagerada. É preciso que se divulgue aquilo que se realiza. Nós estamos no nosso papel.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Exa. concorda que as publicidades dos governos eram exageradas? Isso prova que estão sendo diminuídas.

O SR. PRESIDENTE — (Maurício Fruet) — A Presidência informa o nobre orador, que os 15 minutos para Explicação Pessoal, esgotaram-se.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Requeiro mais 10 minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, gostaria de abordar outro assunto, mas pela forma como a coisa está se conduzindo a respeito do problema da divulgação, eu estou com medo já, porque tenho a impressão que inclusive, editais de concorrência ninguém publica de graça. Isso apenas como exemplo dentre tantos outros, que poderiam ser citados, mas o governo deve publicar, e de qualquer forma deve dar a divulgação e levar a conhecimento público. Mas, Sr. Deputado, o assunto inicial de V. Exa. se referia ao problema dos prédios reparados ou reformados. E eu vi tantas alusões a respeito de despesas e fiquei meio abobado, Sr. Deputado, porque eu não tenho conhecimento de que tenham sido feito caravanas ou cortejos, ou coisa parecida, para inauguração de prédio público, que foram restaurados ou reformados no Paraná. Pelo menos na minha região, e pelo que tenho conhecimento as obras têm sido feitas, inclusive fiz menção há pouco, a respeito de um dos prédios, cuja reforma foi concluída no meu município, já foi entregue, está tudo bem. E não tenho conhecimento de nenhuma festividade, nenhum carro oficial, ninguém presente para fazer esta festividade nos termos em que se está apregoando.

O que é verdade é se nos formos entrar neste caminho, vamos entrar detalhadamente no aspecto da presença ou não da autoridade no interior, como está acontecendo, e efetivamente, ninguém vai contestar, que nos municípios onde as Prefeituras estão nas mãos da Oposição, também ocorre e nós não criticamos. As festas são realizadas, festas inclusive, para inauguração de pontilhões, isso tem acontecido no meu município, de Londrina. Mas tenho impressão que é uma forma também da autoridade poder ir ao povo, possa manter contato, lá tem acontecido com o Prefeito da Oposição, tem mantido contato com o povo, e ao mesmo tempo em que está dialogando com o povo e entregando uma obra, ele está sentindo as necessidades, está ouvindo os reclamos, está colaborando para melhoria da sua administração, para o bem do seu município.

Inclusive, tivemos recentemente em Londrina, uma festa formidável, uma verdadeira concentração pública para inauguração de uma obra que a Prefeitura apenas está realizando, mas com toda verba através do BNH. São obras que vêm em benefício do povo, não obstante, geradas por recursos da área federal. Isso tem acontecido. Tenho impressão que é um assunto que não merece assim, um maior debate, porque efetivamente, não vai trazer nenhum proveito no sentido de benefício ou seja, o município, ou o próprio Estado.

E no aspecto do próprio sistema de governo, V. Exa. retratou muito bem que, efetivamente, e o que acontece, são convênios.

Tanto é verdade que as Câmaras Municipais, ao aprovarem as leis que permitem aos seus Prefeitos, firmar convênios com a Secretaria da Administração, nestas próprias leis fica inserida uma cláusula de que o Prefeito estará autorizado a assinar o

convênio com a Secretaria de Administração no valor "X", cem mil cruzeiros.

E desde que haja qualquer excesso, correrá então por conta da Prefeitura. O Prefeito firma este convênio, recebe os cem mil cruzeiros em duas parcelas, a metade no início, a outra metade no fim. E ele poderá entender que além daquelas reformas preconizadas, o que muito acontece dentro do orçamento, ele possa também, desde que assim o queira, até fazer outras melhorias, daí então, correndo à custa do município.

Era o conhecimento.

O SR. GABRIEL MANOEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, assistimos assim tranquilamente o pronunciamento de V. Exa. admiramos V. Exa. pela sua desenvoltura em explicar ao povo do Paraná e a esta Casa de Leis o problema convênios.

E queremos dizer a V. Exa. que o povo brasileiro, é essencialmente gostador de festas. Então, faz-se, muitas vezes, festas para se levar os secretários ao Interior. Plagiando um pensador árabe: "Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé".

Nobre Deputado, o que seria da famosa Ponta Grossa se não houvesse publicidade do grande complexo uindustrial? Projeto levado a efeito por um Prefeito arenista que teve a coragem de publicar que Ponta Grossa era o centro nevralgico para que ali se instalassem indústrias, dando incentivos para diversas indústrias nacionais e multinacionais?

O que seria de Londrina, se não houvesse publicidade de que o BNH, e outros órgãos financeiros nacionais, não injetassem recursos para projetar o digno Prefeito José Richa?

O que seria da nossa querida Maringá, a "Cidade Canção", se não houvesse sido injetado recursos do BNH e a propaganda que aquela cidade merece?

O que seria de Ponta Grossa, com aquele extraordinário complexo industrial, para orgulho dos Deputados que a representam e de todos nós paranaenses, se não houvesse publicidade? E quando passamos vemos as grandes indústrias ali instaladas: SANBRA, CARGIL.

Temos que carrear indústrias para nosso Estado para que isso reverta em impostos. E esse imposto seja revertido em benefício do povo.

Queremos contraditar nosso companheiro e amigo, Deputado Zuk, que só falou nos defeitos dos dirigentes, só falou nos defeitos do Prefeito. Mas, foi preciso um Prefeito arenista para projetar Ponta Grossa no cenário industrial do País, e dotou Ponta Grossa de um enorme complexo industrial, à altura do que aquele povo altaneiro merece.

Porisso, Deputado, que achamos que o Governo deve fazer propaganda que reverterá em benefício do povo.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de V. Exa..

Encerrando, Sr. Presidente, quero deixar registrado, nesta tarde, a alegria de todo o povo de minha região, dos municípios que foram visitados, à semana passada, por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, onde pudemos entregar as obras prioritárias de São João do Ivaí, como água, telefone e uma unidade escolar; em Borrazópolis, água, telefone e uma unidade escolar; em C. Caloré há havia sido entregue, sem qualquer inauguração, salas de aula, porque havia necessidade e tão logo concluída foram entregues para funcionamento. E o Sr. Governador passou para uma visita àquela Cidade, sem nenhuma inauguração programada. Marumbi, sem nenhuma programação programada.

também, que será já entregue qualquer inauguração, mas o povo recebeu com carinho a alegria ouvindo o Governador do Estado, podendo sentir de perto a pujança daquela nossa região. O SR. LUIZ CARLOS ZUK — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não poderia de maneira nenhuma deixar V. Exa. encerrar sua participação sem reconhecer sua educação política, quando entendeu que o nosso companheiro Osvaldo Macedo havia solicitado o nosso afastamento dessa tribuna, para a sua ascensão a ela, para falar sobre o episódio que foi relatado pelo ilustre líder de nosso partido. Também não poderia, depois de ouvir com a atenção que sempre dispensei nesta Casa às palavras de V. Exa., basta dizer que estamos aqui com poucos Deputados.

Não poderíamos de maneira alguma nos calar perante tantas aberrações ditas por pessoas que não têm conhecimento algum da matéria. Ponta Grossa, por sua situação geográfica, centro do corredor de exportação do Paraná, pelo espírito de civismo de seu povo, pela colaboração de seus 152 anos de administradores que por lá passaram, desde os interventores aos Prefeitos eleitos do passado, à colaboração espontânea do seu povo, colaboração da Câmara dos Vereadores da qual eu fazia parte com muito orgulho na época, quando aprovamos um plano já iniciado no tempo de João Vargas de Oliveira, quando trouxe o antigo frigorífico Wilson, hoje Comagra, indústria pioneira no Brasil no fabrico de laticínios enlatados. No decurso da história, tivemos Eurico Batista Rosa e outros Prefeitos que muito contribuíram. Não poderíamos nos calar perante aberrações ditas. O atual Prefeito e outros Prefeitos da ARENA, desde a Revolução, porque só a ARENA ganhou eleições em termos executivos na minha cidade, todos colaboraram. A história de Ponta Grossa está lá para o referendun. A história do Paraná todos conhecem, V. Exa. conhece, e eu não poderia, de maneira alguma, deixar que ficasse registrada tal aberração. Não foi propaganda nenhuma foi, interesse comercial, Sr. Deputado. Foi visando lucro de investimentos que a maioria dessas firmas, multi-nacionais, investiram em Ponta Grossa. Foi vendo o futuro de Ponta Grossa, o futuro do Brasil; Ponta Grossa é o corredor de exportação de todo o Paraná, que converge para Ponta Grossa. Não poderíamos deixar nesta Casa de testemunhar aquilo que todo o Paraná e todo Brasil conhece e qualquer homem não conhece.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Ponta Grossa não é do orgulho dos Pontagrossenses, mas de todos nós do Paraná.

Este é o resultado de um trabalho sério, realizado naquele Município, pela cooperação de todos para a colocação em que está Ponta Grossa, pela sua pujança e contribuição que tem dado ao nosso Estado.

Agradeço os apartes que muito me honraram.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 177/75, 205/75 e de Lei nº 104/75 e 157/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 253/75.

Levanta-se a sessão.

### DIRETORIA GERAL CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de quatro (4) vagas de taquígrafo, níveis PL-25, PL-24, PL-23 e PL-22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

#### CAPÍTULO I DA INSCRIÇÃO

- 1º — Ser brasileiro;
- 2º — ter dezoito (18) anos completos à data do encerramento das inscrições e trinta e cinco (35) incompletos à data da abertura das inscrições, exceto se já for funcionário público;
- 3º — apresentar requerimento de inscrição, dirigido à Comissão Examinadora do Concurso, em qualquer dia útil, no horário de 9 às 11 e das 14 às 16 horas, exceto aos sábados, no Departamento de Pessoal, assinado pelo candidato ou por seu procurador;
- 4º — juntar ao requerimento de inscrição, que obedecerá à fórmula própria, os seguintes documentos:
  - a) - Certificado de conclusão do curso ginasial ou equivalente, ou prova de exercício anterior de atividade de taquígrafa;
  - b) - certidão de idade (registro civil ou certidão de casamento), permitida a fotocópia autenticada ou pública forma;
  - c) - atestado de boa conduta, firmado pela Secretaria de Segurança;
  - d) - declaração de órgão competente da repartição em que trabalhou, para os ocupantes de cargo ou função pública, com mais de 35 anos de idade;
  - e) - três fotografias, 3x4, do candidato, trazendo, no verso, à tinta, o nome.
- 5º — Exibir, no ato da inscrição:
  - a) - Carteira de Identidade ou Profissional;
  - b) - Título de Eleitor;
  - c) - prova de quitação com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino.
- 6º — No momento da entrega do requerimento, o candidato assinará o livro próprio, devendo preencher as fichas de inscrição e receberá um cartão de identidade, com fotografia e a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

#### CAPÍTULO II DAS PROVAS.

- 7º — As provas do concurso constarão de:
  - a) - Português;
  - b) - Taquigrafia;
  - c) - Datilografia;
  - d) - Conhecimentos gerais.
- 8º — A prova de português constará de correção de discurso ou trecho de discurso, com o mínimo de vinte e cinco linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido propositadamente incluídos erros. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50.
- 9º — As provas de taquigrafia e datilografia serão em número de três, obedecendo à seguinte ordem:
  - a) Apanhamento taquígráfico, durante dez minutos, de ditado feito a 100 palavras por minuto, seguindo-se a



tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 60. Limite de erros 8%.

b) apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros de 10%;

c) apanhamento taquigráfico de discurso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora;

100 — A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas ou testes sobre fatos históricos, políticos e econômicos.

110 — Tratando-se de concurso de provas, para a primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independente de títulos ou diplomas que possuam.

### CAPÍTULO III

#### DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

130 — O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros incluídos no trecho, obterá 100 pontos; por erro não corrigido ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 pelo número de erros incluídos no texto, multiplicado o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

140 — Para a contagem de erros nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- a) Cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração de sentido — 1 erro;
- b) cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração de sentido — meio erro;
- c) erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores - meio erro, um erro ou dois erros;
- d) no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três erradas, computar-se-á o número maior de erros);
- e) os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez desde que sejam consequentes.

150 — Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: português — peso 2; primeira prova de taquigrafia — peso 1; segunda prova de taquigrafia — peso 4; prova de plenário-peso 2; prova de conhecimentos gerais — peso 1. A média total será obtida mediante a divisão por 10 das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

160 — Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

### CAPÍTULO IV

#### DAS REALIZAÇÕES DAS PROVAS

170 — A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada.

180 — Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

190 — Será obrigatório, em todas as provas, o uso da ortografia oficial (lei nº 5.765, de 18-12-71).

200 — Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

210 — Atribuir-se-á nota zero à prova que apresentar sinal, expressão ou convenção que possibilite a sua identificação.

220 — Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

230 — A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul-preta. O emprego de outras cores ou de lápis tinta, importará em desclassificação.

240 — O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou a tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e de bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### CAPÍTULO V

#### DISPOSIÇÕES GERAIS.

250 — A inscrição do candidato implicará na aceitação tácita das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

260 — Em caso de empate na classificação final, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

270 — As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos pelo prazo improrrogável de três dias para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

280 — Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva a quem caberá a decisão final.

290 — O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova, estará automaticamente excluído do concurso.

300 — É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data da sua homologação pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

310 — As provas deverão ser realizadas nos dois primeiros dias 22 e 23 de abril do corrente ano, com início às 15 horas e no último dia 24 do mesmo mês e ano, com início às 9 horas, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1976.

**JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO**

*Diretor Geral*

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 70/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 401/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO MARTINS SOBRINHO, matrícula nº 382, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o

tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1974; que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 145/76, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO MASSUCHETTO, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 72/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 189/76, deste Poder, datado de 12 de janeiro de 1976,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ALVARO SÉRGIO MARAVALHAS, matrícula 030, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de 02 (dois) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 73/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob

o nº 12904/75, de 17 de dezembro de 1975, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DIVA DO VALLE CAVALCANTI, matrícula 240, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 02 (dois) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 74/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 199/76, de 13 de janeiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de HUGO GABARDO, matrícula nº 527, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 75/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 19/76, de 05 de janeiro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ARMANDO SOICHI IWAIA, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de março de 1976.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário